ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 24 de abril de 2013
Edição 1562 | Páginas: 22

Editado conforme Resolução Legislativa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, n° 202, Centro | 6ª LEGISLATURA | 45º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA
FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos
Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde
Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle
Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor
Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias
Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas
Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:
Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras
Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos
Resoluções de Afastamentos nº 161 a 168/2013 2
Atos Legislativos
Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2013 3
Indicação nº 023/2013 3
Ata da 2196ª Sessão Ordinária - Sucinta 4
Ata da 2187ª Sessão Ordinária - Íntegra 5
Ata de Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 021/12, alterada pela Resolução nº 025/12 21
Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes 21

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 161/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **RUBEN DA SILVA SOBRINHO, Matrícula 009262, RICARDO PEDROSA ALVES, Matrícula 010763 e ERIDAN SANTOS RIBEIRO, Matrícula 013150,** para viajarem com destino a cidade de Belo Horizonte-MG, no período de 29.04 a 06.05.2013, com a finalidade de participarem de treinamento na área de Segurança Orgânica na Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 162/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **MARLON ARAÚJO DA COSTA, Matrícula 008625 e HOZANA MARIA ITTACIARA ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula 007522,** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, nos dias 25 e 26.04.2013, com a finalidade de participarem das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 163/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **BEATRIZ VASCONCELOS SANT'ANNA, Matrícula 001418, FRANCIRLER RODRIGUES BEZERRA, Matrícula 014058 e LUIZ GOMES DA SILVA, Matrícula 0009200,** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 23.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participarem da Organização das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 164/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **LINDOMAR GARCIA DE MEDEIROS, Matrícula 012506, RICARDO PEDROSA ALVES, Matrícula 010763, ELENILTON CARVALHO MACHADO, Matrícula 011947, JOHN PABLO SOUTO SILVA, Matrícula 011251 e JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES SILVA, Matrícula 001913,** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 25.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participarem das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 165/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **LINDOMAR PEIXOTO COUTINHO, Matrícula 011012, RAFAEL DE QUEIROZ LOPES CARVALHO, Matrícula 007722, MÉRCIA NEREIDA AYRES, Matrícula 001138, e KELEN CRISTINA DANTAS MONTEIRO, Matrícula 013135,** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 25.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participarem das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 166/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **MARIA FRANCISCA DE FARIA CASTRO, Matrícula 012485, DANISE PEREIRA ALVES SILVA, Matrícula 012559, MARIA DINALVA DA SILVA GAMA, Matrícula 013050, LINDACY SILVA DE OLIVEIRA, Matrícula 012605, PABLO KENNIO ALMEIDA COUTINHO, Matrícula 010264, BÁRBARA RIBEIRO FALCÃO, Matrícula 011249 e FRANCISCO PAES PEREIRA, Matrícula 009451** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 25.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participarem das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 167/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **CARLOS EUGÊNIO LUCAS VIDAL, Matrícula 013129, EDNALDO SOARES DE MENDONÇA, Matrícula 011791 e SÍLVIA MARIA MACEDO COELHO, Matrícula 000043,** para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 25.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participarem das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 168/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **FERNANDO HEDER NOGUEIRA, Matrícula 013889,** para viajar com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 23.04 a 27.04.2013, com a finalidade de participar da organização das Ações da Assembleia Cidadã nos mencionados municípios, a serviço, porém, sem ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 23 de abril de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ÁGUIDA PORTELLA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/13

Declara de Utilidade Pública o Centro Social Estadual José Luiz Ferreira Lira.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, **o Centro Social Estadual José Luiz Ferreira Lira**, CNPJ n° 11.028.997/0001-04, fundado em 27 de junho de 2009 e sediado à Rua Guatemala, s/n, Cauamé, Boa Vista-RR.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o ***caput*** deste artigo, são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2013.

ANGELA ÁGUIDA PORTELLA
Deputada Estadual

INDICAÇÕES

GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO
INDICAÇÃO Nº 23/2013

O Deputado que a esta subscreve com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima Jose de Anchieta Junior a seguinte indicação:

- **CRIAÇÃO DA "PRAÇA DIGITAL" COM ACESSO A INTERNET VIA WI-FI.**

JUSTIFICATIVA

O século XXI vivencia a maior revolução já vista até hoje, tanto em aspectos de tecnologia, quanto de comunicação. O aprimoramento de vários meios de comunicação propiciou um relacionamento muito mais dinâmico entre as pessoas, conectando-as seja em redes sociais ou mesmo levando a todos o acesso a informação de forma mais dinâmica e eficaz.

A internet ultimamente vem se firmando como o mais efetivo meio de comunicação, interligando bilhões de pessoas. Por outro lado, temos que levar em conta a imensa parcela que ainda não tem acesso a essa tecnologia, que para muitos de nós é realidade, inclusive no interior de nosso Estado onde, devido à falta de estrutura física por parte das prestadoras de serviços de comunicação, deixa muitos munícipes a margem da exclusão digital.

Inúmeras pessoas, principalmente em países que possuem menor desenvolvimento, não possuem ainda acesso a internet assim como em nosso Estado, mas essa situação será aos poucos mudada, já que atualmente a ONU declarou o acesso a internet como um direito comum; e com isso várias medidas vão sendo tomadas para efetivar esse acesso onde, muitos governantes possuem projetos para levar internet a todos, ou pelo menos a uma grande parcela da população; e não apenas governos, várias empresas também já partilham essa idéia.

O acesso a internet deve ser enxergado como uma necessidade, visto que propicia a seus usuários notícia, entretenimento, relacionamento e etc. Portanto atualmente é imprescindível o seu acesso a todos.

O Governo Federal através do decreto nº 7.175 de 12 de maio de 2010, institucionalizou o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com objetivo de expandir a infra-estrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. A meta é proporcionar o acesso à banda larga a 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014 à velocidade de no mínimo 01 Mbps (um megabite por segundo).

Hoje, em nossa capital, é oferecido o acesso a internet banda larga em apenas alguns bairros e no interior, apenas a alguns municípios.

A "Praça Digital" consiste na disponibilização do acesso a internet em praça pública, principal ponto de encontro da população, indistintamente, visando levar o acesso à rede mundial de computadores a todos. Com bancos para os usuários que portarem equipamentos adequados para a sua conexão e quiserem utilizar do sinal wireless/wi-fi. Esse sinal atenderá grande parte do espaço coletivo, com alcance de até 300 metros distante dos dois roteatores (access point) instalados em locais estratégicos do espaço publico.

As pessoas que se interessarem no serviço oferecido, devem entrar em contato com o órgão competente indicado pelo Governo

do Estado, para efetuarem cadastro e receberem a senha de acesso. A internet é de alta velocidade, todos os dias e principalmente aos finais de semana, restando ao cidadão apenas levar seu equipamento pessoal para acesso a internet.

Em nossa capital, o Parque Anauá possui um amplo espaço para receber a "Praça Digital", por contar com amplo espaço físico, posto policial, fácil localização e por também ser palco de grandes manifestações culturais do povo roraimense.

Vale salientar que a implantação da "Praça Digital" no espaço indicado irá colabora também com a segurança pública, pois poderá ser implantado sistema de vigilância monitorado via internet, trazendo mais segurança à população que busca aquele local para seu lazer e de sua família, assim como aos interessados no serviço ofertado pela "Praça Digital".

Para o parlamentar, a "Praça Digital" virá contribuir com a inserção de grande parte da população da capital de nosso Estado que não dispõe de acesso a internet banda larga, de forma que não pode desenvolver suas atividades e fica excluída de todo tipo de informação produzido dentro do mundo digital.

Sala das Sessões, Abril de 2013.

GABRIEL PICANÇO
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA PRIMEIRA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUINTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima primeira centésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo quinto Período Legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas,** declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai,** proceder à leitura da Ata da Sessão anterior que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier,** proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Memo n° 011/2013, de 17/04/2013, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Plenária no dia 17/04/2013. Memo n° 023/2013, de 17/04/2013, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência na Sessão Plenária no dia 18/04/2013. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou dando bom dia a todos os presentes, em especial às lideranças sindicais que se encontravam no Plenário. Prosseguiu, dizendo que mais uma vez usa a tribuna para cobrar do Chefe do Poder Executivo, providências quanto ao afastamento do Senhor Rodolfo Braga da Presidência do IPER por entender que ele tem causado prejuízo àquele Instituto, lembrando que por várias vezes usou a tribuna alertando do risco iminente de se perder setenta e oito milhões de reais da Previdência dos servidores do Estado. Em seguida, destacou que na próxima sexta-feira haverá a reunião dos cotistas do Fundo Diferencial, razão pela qual questionou se o Senhor Rodolfo irá ou não obedecer à determinação do Conselho Previdenciário de não perder mais nem um centavo desse dinheiro. Continuando, disse que, através da assessoria do IPER, soube que no mês de julho do ano passado, o Senhor Rodolfo Braga cometeu um crime ao alugar um prédio sem licitação no valor de quatorze mil e quinhentos reais por mês e que há nove meses se encontra sem funcionamento, pois segundo o Senhor Deputado, o prédio não tem como abrigar os funcionários daquele Instituto, lembrando que, através do Diário Oficial, constatou que o dono do imóvel é o senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde, Doutor Alexandre Salomão de Oliveira, embora conste no contrato o nome do senhor Jan Wilt como procurador do mesmo, consta ainda no contrato que toda benfeitoria feita no prédio não poderá ser removida e que até o presente momento já foram gastos, em reforma, duzentos e cinquenta mil reais. Prosseguindo, afirmou que considera uma brincadeira o Chefe do Poder Executivo dizer que não tem conhecimento do que está acontecendo no IPER. Ao finalizar, disse que estará encaminhado denúncias ao Tribunal de Contas, demonstrando que o prédio foi alugado sem licitação e que até hoje não foi utilizado, sendo que um dos membros do Conselho Previdenciário, o senhor Doutor Leocádio Vasconcelos, tinha conhecimento de que o prédio não apresentava as mínimas condições de abrigar o Instituto. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou chamando a atenção dos seus Pares para a iniciativa, em sua opinião, afrontosa, do Senhor Rodolfo Braga, Presidente do IPER, em mandar entregar em seu gabinete e no do Deputado Soldado Sampaio cópia da decisão judicial lhe reconduzindo ao cargo, e lamentou que certas pessoas que se arvoram de um poder que não têm se sintam acima do bem e do mal. De acordo com o Senhor Deputado, decisão judicial é para ser cumprida assim como as decisões do Poder Legislativo e do Executivo. Continuando, apresentou um documento do Senhor Rodolfo Braga ao Governador do Estado, solicitando seu afastamento do cargo de Presidente do IPER por prazo indeterminado, bem como, cópia do Decreto Governamental nº 1936P/12, que determina o seu afastamento. Quanto à decisão judicial, ressaltou que o Desembargador Mauro Campelo é um homem integro, zeloso, culto, mais acredita que recebeu informações que o induziram ao erro, e que não tinha conhecimento do documento do Senhor Rodolfo Braga ao Governador do Estado solicitando seu afastamento, apenas buscou argumentos no Tribunal de Contas. Prosseguiu, dizendo que confia na justiça, embora seu sentimento seja de que as informações que levaram à decisão judicial não sejam verdadeiras. Continuando, apresentou uma decisão do Doutor Mauro Campelo, do dia quinze de março, indeferindo o mesmo pedido. Em seguida, ressaltou a importância de esta Casa se manifestar, pois é inadmissível brincarem com os recursos públicos e colocarem em risco o futuro dos servidores de Roraima. Finalizou, reportando-se ao Senhor Rodolfo Braga, dizendo que não será intimidado e continuará lutando, pois não aceitará esse desvio escandaloso de dinheiro do IPER. O Senhor Deputado **Erci de Morais** iniciou seu pronunciamento dizendo que, ao longo dos anos que ocupa mandato nesta Casa, sempre procurou conviver harmonicamente com todos os seus Pares, sejam de oposição ou situação. Destacando, que na condição de Corregedor procura agir com justiça em todas as representações que recebe, inclusive, a que envolve o Deputado Marcelo Natanael e o Secretário de Estado de Saúde, que, segundo o Senhor Parlamentar, antes mesmo de a Corregedoria tomar alguma posição, vários Deputados, imediatamente, saíram em sua defesa. Continuando, refutou as palavras do Deputado Mecias proferidas à sua pessoa na Sessão anterior, ressaltando que o mesmo precisa fazer uma reflexão, uma vez que em nenhum momento, como Corregedor, agiu a favor de membros da situação ou da oposição, pelo contrário, sempre procurou ajudá-lo, inclusive, em situações que não faziam parte das funções da corregedoria, por entender ser papel de um Deputado responsável desta Casa. Continuando, informou ao Deputado Mecias que não ficou nenhum rancor do episódio ocorrido em 2007, quando junto com mais 12 Deputados assumiu uma cadeira neste Poder, contudo, foi surpreendido com uma PEC aprovada no apagar das luzes da legislatura passada, presidida pelo Deputado Mecias, diminuindo 45 dias do mandato dos Deputados eleitos. Todavia, segundo o Senhor Deputado, ao invés de ficarem polemizando, entraram na justiça e o Supremo Tribunal Federal lhes deu ganho de causa, por unanimidade dos Ministros numa decisão recorde de apenas 11 dias, destacando que, juntamente com os demais Deputados novatos, participaram de um acordo para reconduzir o Deputado Mecias à Presidência deste Poder, inclusive, fez parte da Mesa como Corregedor com a anuência do mesmo. Prosseguindo, disse ter a consciência tranquila de que, apesar das dificuldades, procura desenvolver muito bem suas atividades, e que não irá se calar sempre que houver qualquer insinuação contra o seu trabalho. Em seguida, fez um apelo aos membros da Comissão de Ética, para que haja celeridade nos processos pendentes em resposta aos anseios da sociedade. Finalizou, informando que a fusão do PPS com o PMN, ocorrida recentemente, trata-se de um esforço dos partidos pequenos para tentar sobreviver no processo político cheio de casuísmos patrocinados pelo Governo Federal, uma vez que o PT, o PMDB e até mesmo o DEM tentam aprovar um Projeto para proibir que nas fusões de partidos, o cidadão leve consigo o mandato e o tempo de televisão. O Senhor Deputado **Ivo Som** iniciou parabenizando a Mesa Diretora da Casa pela determinação de corte nos proventos dos Senhores Deputados que estiverem ausentes nas Sessões Plenárias. Reportando-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Soldado Sampaio, destacou que é a justiça quem vai apurar a legalidade na contratação, pelo Presidente do IPER, de um imóvel no valor de R$ 14.500 mensais, do Senhor Alexandre Salomão de Oliveira. Em seguida, ressaltou que o termo 'laranja', usado pelo Deputado, sobre a transferência do prédio citado anteriormente, do nome do Senhor Jean Wilt para o nome de seu filho, o Senhor Alexandre, é

inconveniente, uma vez que a negociação trata de um acordo entre pai e filho. Em seguida, dirigindo-se à legitimidade do Presidente do Conselho do IPER, Leocádio Vasconcelos, disse que o mesmo foi indicado pelo Poder Executivo e teve seu nome aprovado pela maioria dos membros presentes na reunião do Conselho, deixando a cargo da justiça julgar qualquer ato ilegal na sua gestão. Dando continuidade, reportou-se a uma matéria veiculada na mídia local, destacando a atuação do Parlamentar no que tange a solidariedade prestada às famílias que podem ser despejadas do acampamento Augusto Mariano. Segundo o Senhor Deputado, os Advogados correm contra o tempo para pedirem a suspensão de reintegração de posse da área ocupada pelo MTST, uma vez que o prazo dado pela justiça para a reintegração se esgotará às 17h do corrente. Finalizou, informando que o Superintendente do Patrimônio da União em Roraima afirmou que reconhece, caso provem o contrário, que a terra é da União e foi repassada ao antigo Território de Roraima, cabendo ao Estado e ao Município fazer dela apropriação ou desapropriação. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** destacou a importância do fortalecimento da cultura no Estado e, em seguida, fez um apelo à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa pedindo celeridade na apreciação de projeto que redistribui os recursos que eram da Secretaria de Educação para a Secretaria da Cultura, segundo o Parlamentar, enquanto isso não acontecer, a Secretaria da Cultura fica impossibilitada de participar de qualquer evento cultural que demande recurso financeiro. Citou como exemplo a participação da Escola de Dança Isaura que vai representar o Estado em um evento nacional em Santa Catarina, e para isso conta com a ajuda financeira da referida secretaria. Prosseguindo, suscitou que caso não seja feita a redistribuição em tempo hábil para auxiliar a referida equipe, que a Mesa Diretora intervenha junto à Secretaria da Cultura para que consiga as passagens por meio de patrocínio de empresas que trabalham para o Estado, uma vez que as empresas têm isenção de imposto de renda. Finalizou, reportando-se ao Projeto de Cargos e Salários da Secretaria de Saúde, pois no mesmo precisa ser feito ajuste de quantitativo de profissionais para que venha a tramitar na Casa. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e a votação do Projeto de Lei Complementar nº 004/13, que "dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Roraima" para o ano de 2013 e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça; Requerimento de Informação nº 001/2013; de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação Lenir Rodrigues Luitgards Moura para que preste algumas informações sobre a pasta da Educação; Requerimento de Informação nº 002/2013, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiada a Excelentíssima Senhora Presidente Interina do Instituto de Previdência de Roraima, Tatiene dos Reis Ferreira, para que preste algumas informações sobre a pasta do IPER; Projeto de Decreto Legislativo nº 08/13, que "dispõe sobre afastamento de agente político e instauração de processo em desfavor do mesmo, e dá outras providências, de autoria do Senhor Deputado Flamarion Portela; Proposta de Moção de Pesar nº 014/13 pelo falecimento do Senhor Valter Leite Carneiro, ocorrido no dia 05 de abril nesta capital. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição Justiça e Redação Final emitisse parecer às matérias. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando aos Senhores Deputados que, por falta de quorum regimental para deliberação das matérias, a Ordem do Dia será transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** informou que o ex-Deputado Rodolfo Braga estará representando o IPER na Assembleia dos cotistas amanhã, em São Paulo. Dessa forma, manifestou-se preocupado por não saber se ele vai respeitar a decisão do CEP e tomar uma decisão equivocada, até mesmo porque ele não estava acompanhando de perto as negociações que estão vindo para o IPER. Na opinião do Senhor Parlamentar, a melhor solução seria que as forças políticas deste Estado fossem até o Governador sugerir-lhe que a Senhora Tatiene, então presidente em exercício daquele órgão, represente o IPER na reunião de amanhã. Finalizou, manifestando-se contrário à criação de Comissão, já que esta tem somente o intuito de responsabilizar alguém, e que se o Chefe do Poder Executivo atendesse sua sugestão o dano seria evitado, ocasião em que a Senhora Tatiene representaria o IPER, seguindo as orientações do Conselho Previdenciário. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** informou que já está publicado no Diário da Assembleia que ele está de resolução, esclarecendo que essa resolução só começará a contar a partir das 13 horas, de hoje. O Senhor Deputado **Ivo Som** agradeceu a presença, na Sessão de hoje, dos jovens da FIEL: Jonhson Castro, Anderson e Davi, parabenizando-os pelo excelente trabalho desenvolvido naquela entidade em prol da juventude deste Estado. Em seguida, registrou em plenário a presença dos pampeiros, que trabalham nas fronteiras com o país vizinho, informando-lhes que irá formar uma comissão para ir a Brasília falar com os parlamentares federais e com o Senador Romero Jucá sobre a situação desses pais de famílias, que estão sendo humilhados e ameaçados, impedidos em seu direito constitucional de ir e vir. Prosseguindo, desejou-lhes sucesso, saúde, felicidade e boa sorte, dizendo-lhes para contar sempre com esta Casa, que jamais irá virar as costas para eles. Finalizou, agradecendo à assessoria jurídica desta Casa pela assistência dada a essas pessoas, destacando seus agradecimentos ao Doutor Ângelo, do Ministério Público Federal. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas,** informou aos Senhores Parlamentares que na próxima Sessão, dia 23 deste mês, será feita a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 013/2013, que tem por finalidade investigar a responsabilidade por danos ao consumidor, da prestação inadequada de serviços de telefonia oferecida pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do Artigo 24, Inciso VIII da Constituição Federal, de autoria de vários Deputados, constituída pelos seguintes Deputados: **Coronel Chagas, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Flamarion Portela e Ivo Som,** acrescentando que na ocasião serão definidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator dessa Comissão. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** informou ter recebido uma atribuição do Presidente desta Casa para viajar com destino a Brasília a partir de amanhã, com o objetivo de visitar o Congresso Nacional e conversar com Parlamentares Federais que estarão presentes nesta Casa na próxima sexta-feira. Prosseguindo, como presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, leu um expediente encaminhado à referida Comissão, pedindo que a Casa tome as providências. Em seguida, entregou o documento para a presidência da Casa para que seja lido no expediente da próxima terça-feira. Finalizou, convidando todos os Deputados a se fazerem presentes para receber uma comitiva de Deputados Federais na próxima sexta-feira, dia 26, no plenário desta Casa, para tratar de assuntos pertinentes aos interesses deste Estado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 18, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.** Aprovada em: 23/04/2013

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2187ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de março de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima octogésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Chicão da Silveira) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Indicação S/Nº, de 20/03/2013, de recuperação da ponte e da estrada que dá acesso à região da comunidade indígena do Araçá, bem como a reforma da Escola Estadual Indígena Raimundo Tenente, que fica nesta comunidade, no município de Amajari (BR-174), no Estado de Roraima.

- Ofício N°028/2013, de 19/03/2013, do Deputado Soldado Sampaio, Comunicando que renuncia da participação como Presidente da Comissão Especial Externa.

- Ofício N°001/2013, de 19/03/2013, comunicando que a Comissão Especial Externa, nos termos do Ato Normativo nº 001/12 e Requerimento nº 047/12, criada para ouvir o senhor Márcio Junqueira, Diretor-Presidente do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima-ITERAIMA, perdeu o objeto, tendo em vista a mudança do titular da pasta.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental N°018/2013, de 20/03/2013, incluso o Projeto de Lei Complementar N°54, de 31/12/2001, a qual dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Estadual e institui o Conselho Estadual de Previdência – CEP, órgão superior de deliberação colegiada e o Comitê de Investimento – COINVEST, ambas do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER.

EXTERNO:

- Ofício S/N, de 04/03/2013, encaminhando, em anexo, justificativa para que seja concedida a necessária qualificação à Entidade Pública da Fundação Astronauta Marcos Pontes – ASTROPONTES.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente,Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, profissionais dos meios de comunicação, senhoras e senhores que nos acompanham neste plenário, a todos o nosso cordial bom-dia.

Senhor Presidente, ocupo esta tribuna para abordar um assunto de grande interesse da sociedade civil organizada do nosso Estado, a questão da telefonia móvel, problema que aflige todo cidadão que se utiliza desse meio de comunicação. É um problema que causa preocupação porque dificulta muita as relações de consumo, enfim, no dia a dia do trabalho que tem tirado o sono de todo cidadão roraimense.

Vou tratar desse tema, Senhor presidente, porque nós preparamos juntamente com dos demais parlamentares desta Casa um requerimento com pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI para investigarmos a questão da telefonia móvel no Estado de Roraima. Esse requerimento foi assinado por 22 Deputados, dos 24 desta Casa. Acredito, em relação aos outros 02, que um ainda esteja analisando, o outro encontra-se viajando, mas com certeza ainda vão colocar suas assinaturas neste requerimento, quando teremos 100% dos Deputados desta Casa apoiando a abertura da CPI, e faço a leitura do teor desse requerimento.

As Deputadas e Deputados signatários que este subscrevem, nos termos do artigo 31, parágrafo 2º da Constituição de Roraima, e do artigo 45 e seus parágrafos do regimento Interno desta Casa, requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com objetivo de apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviço de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do artigo n° 24, inciso VIII da Constituição Federal, referente: Falta de investimento e defasagem tecnológica nos equipamentos; áreas com coberturas, ou sem coberturas, mas quando com coberturas sem sinal ou com sinal deficiente; queda frequente de ligações telefônicas; má prestação na distribuição de dados; forma de cobranças nos catões pré-pagos; e também no tocante à resolutividade dos serviços de centrais de atendimento ou chamados call center na solução das reclamações dos consumidores.

A justificativa para esses pontos determinados, passo a descrever agora: Sabemos que se entende por democracia consolidada quando as suas dimensões convergem em harmonia à democracia em sua dimensão substancial, é o regime político que temos como princípio e fim a pessoa humana e o estado o meio para a promoção dos direitos fundamentais anteriores e superiores na organização estatal.

O povo brasileiro, pela sua formação cristã, forma uma nação substancialmente democrática, a pessoa humana e sua dignidade inalienável, é algo difuso na sociedade brasileira, contudo, sendo o Brasil uma típica nação criada de cima para baixa, onde o estado antecedeu e formou o povo, na maior parte da nossa história, careceu de instituições políticas estáveis para aprimoramento da democracia e sua dimensão processual.

A cidadania até então era passiva, o cidadão brasileiro limitava-se a votar e ser votado em eleições periódicas e ficaram em sua maioria inertes entre uma eleição e outra, mas isso está mudando. Hoje a sociedade civil brasileira está amadurecendo, passa a compreender a cidadania como conceito ativo, como um processo político de participação e controle permanente e contínuo do estado pela sociedade civil.

Isso, Senhor Presidente, se dá através de grupos de interesses ou de pressão, organizados e articulados com o parlamento, órgão maior que representa a pluralidade política e cultural do povo brasileiro, principalmente através de frentes parlamentares pluripartidárias. É uma cidadania ativa, que luta pela prestação adequada de serviço por parte das concessionárias e permissionárias de serviços públicos, como as de telefonias. As regras dos artigos 6º e 7º da Lei Federal 8.987 de 1995, estabelecem que o usuário tenha o direito a receber o serviço adequado, que significa satisfazer as condições de regularidades, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na sua prestação e segurança. O respeito aos direitos do usuário é algo novo na história jurídica brasileira, é um desdobramento recente da cidadania ativa ao encarar o usuário, não mais como sujeito passivo, objeto somente de obrigações, em uma situação de inferioridade jurídica frente à administração pública e suas concessionárias.

E, agora, é sujeito ativo, princípio e fim da administração pública em um estado democrático de direito.

O serviço de telefonia, Deputado Flamarion Portela, é serviço público, pode ser prestado diretamente pelo poder público federal ou mediante delegação previamente licitada, é regulado e fiscalizado pelo poder público por agências reguladoras como a Agência Nacional de Comunicações ANATEL. Entretanto, como foi dito acima, trata-se de algo novo no Brasil, e, em termos de mentalidade, tem muito que evoluir por parte das operadoras dos serviços públicos, mais preocupados em ganhar dinheiro do que prestar um serviço adequado.

Assim, ora usuários são as grandes vítimas do poder econômico e ficam indefesos pela inércia do estado para proteger os seus direitos desrespeitados.

Esse quadro de desrespeito aos usuários se dá pela ineficiência de fiscalização do poder público que não aplica sansões cabíveis. A reclamação por falta de serviço adequado vira uma via-sacra, após longa espera, informações imprecisas, o resultado é que o usuário não tem os seus direitos respeitados.

Infelizmente as empresas de telefonias sabem dessa realidade e dela tiram proveito para não terem despesas e aumentarem seus lucros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes - Deputado Chagas, antes de mais nada, quero cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa da coleta de assinatura e demais providências para a instalação da CPI das telefônicas. Esse assunto, como bem disse o Deputado Chagas, é da mais alta relevância para todo e qualquer cidadão brasileiro, mormente aqueles menos favorecidos, porque o dreno de recursos em prol da operadoras é algo impressionante que no decorrer dos trabalhos da CPI certamente virá à tona. Principalmente no que diz respeito às contas pré-pagas, tirando pequenos reais ou centavos de cada consumidor, no total, são bilhões de reais por mês drenados para as operadoras cuja destinação não se tem lá muita certeza.

Deputado Chagas, ontem, na condição de integrante da diretoria da UNALE, participei em Brasília, de uma reunião, segundo informaram, essa CPI terá uma característica nacional sob coordenação da UNALE, que fazemos parte disso, 13 Estados com o nosso, Roraima, já coletaram assinaturas e já estão protocolando o pedido da CPI, marcada também a data de 23 de abril para o lançamento ou instalação simultânea das CPIs em todas as Assembleias que se dispuserem a implantá-la e, como bem disse o Deputado Chagas, é uma CPI partidária, o que queremos centralizar nela é a defesa do consumidor, porque o artigo 24 da Constituição dá esse direito às Assembleias

Legislativas, não estamos questionando se as operadoras têm a ver só com o plano federal, sabe-se que, no que diz respeito à concessão, sim, mas no que diz respeito à prestação ao consumidor, os Estados têm o pleno poder legal de instalar essas CPIS.

Então, mais uma vez o parabenizo e apelo à presidência da Casa e aos demais colegas tomar providência, seria interessante que instalássemos o mais breve possível a nossa CPI. Seria a maneira de darmos respostas enquanto parlamentares, enquanto membros desta Casa, de que estamos permanentemente atentos à defesa dos direitos do consumidor. Era a contribuição que eu queria dar, Deputado Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua. - Deputado Erci, agradeço o aparte de Vossa Excelência, que só veio enriquecer o nosso pronunciamento, com informações importantes sobre a União Nacional dos Legisladores. Reforço ainda mais a necessidade de implantarmos a CPI da telefonia aqui em Roraima.

É importante dizer que os danos aos consumidores por prestação ineficiente dos serviços de telefonia, não é um problema restrito somente ao Estado de Roraima, é um problema nacional. Para se ter ideia as TELEs, empresas de telefonias registraram queixas nos PROCONS no tocante à má qualidade dos serviços, cobranças abusivas ou indevidas. É impressionante o número de queixas que acontecem, aqui no PROCON Assembleia operadoras de telefonias celular, também a exemplo dos demais Estados do Brasil, são campeões em reclamações. Para se ter ideia, Deputado Erci, caros colegas, em 2011 o lucro das operadoras de telefonias em nosso País alcançou quase 10 bilhões de reais, ele é considerado o serviço mais caro do mundo, Deputado Gabriel.

Então,aqui no Brasil, nós pagamos o dobro da média mundial do custo da telefonia enquanto temos um serviço de péssima qualidade.

Nesse sentido, Deputado Ionilson, o parlamento não poderia, como de fato não pode ficar omisso diante de tão grave problema, levando em conta a tradição de que os grandes avanços da defesa dos consumidores deu-se através da via parlamentar.

Então, nós precismos tomar uma providência e, nesse sentido, a UNALE está capitaneando juntamente com as Assembleias Legislativas do País esta iniciativa de instalar CPI da telefonia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado, quero parabenizá-lo pelo assunto de extrema importância hoje na tribuna. É realmente motivo de preocupação muito grande para o país inteiro, inclusive, tem sido bastante debatido na Câmara Federal, no Senado a questão das telefonias. A ANATEL, que é a agência reguladora infelizmente parece que não tem força suficiente para enfrentar o poderio tremendo das empresas de telefonias instaladas no nosso País. São imponentes conglomerados, altamente poderosos financeiramente, que acabam travando não sei por qual interesse a própria agência reguladora que foi criada pelo Governo Federal. Daí esta movimentação pelo País inteiro, nas Assembleias Legislativas, onde nos cabe cobrar dos nossos parlamentares federais também uma posição clara em relação à situação. O povo brasileiro está sendo literalmente assaltado pelas empresas de telefonia. Há pouco, abri o site do G1, o portal de notícias da globo: Existem hoje no País, 262 milhões de aparelhos celulares, o número de celulares ultrapassou o número da população, é um excelente negócio. Imaginem, se cada empresa de telefonia resolver aumentar em um real a conta de cada um de nós, sequer nós conseguimos entender o detalhamento dessas contas, imaginem o que gera de lucro para essas empresas de telefonia. O País precisa tomar uma providência em relação aos abusos. Não nos cabe talvez, constitucionalmente, fazer algo a respeito, mas cabe a nós, debatermos o assunto com outras assembleias para que essas coisas sejam esclarecidas, para que os culpados, que por ventura existirem, sejam punidos e assim se consiga fazer com que população não seja tão penalizada. Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento.

Procurem um telefone público que esteja funcionando na capital ou no interior do Estado. Segundo matéria na Folha de São Paulo, 65% dos orelhões do Estado do Rio de Janeiro não funcionam, isso porque não é um bom negócio para as empresas de telefonias, só a telefonia móvel porque é mais cara. Quem não tem acesso à telefonia móvel e precisa ligar de um orelhão, muitas vezes não consegue, visto que os orelhões estão quebrados na sua maioria. Essa CPI se for implementada no País, com certeza, haverá um divisor de águas após a conclusão desses trabalhos. Espero que a Câmara Federal também participe, que pressione a ANATEL para tomar providências com relação à questão. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Coronel Chagas, continua- Agradeço o seu aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Quero juntar-me ao pronunciamento de Vossa Excelência e louvar esta oportunidade, através da qual estamos cobrando das empresas de telefonias celulares para que elas cumpram com o dever de casa. Na segunda-feira estive em Caracaraí, onde há dois dias estavam sem o sinal da OI. E em São Luiz, Baliza e Caroebe é mais fácil receber a benção da Mãe Diná do que conseguir uma ligação. E por esse motivo quero juntar-me ao pronunciamento de Vossa Excelência, reforçando a ideia de que precisamos agir com mais rigor, diante das empresas que dominam o mercado em nível nacional, verifica-se nos interiores o serviço de telefonia funciona ainda com maior precariedade. A prestação dos serviços que o Deputado Ionilson colocou é a pura verdade: os orelhões antigos não funcionam na maioria das localidades ou quando funcionam é com muita dificuldade, principalmente nas vicinais onde as localidades ficam a 30, 40Km, de distância das sedes dos Municípios, como em São Luiz do Anauá, Trairão e outras regiões, os aparelhos não funcionam por falta de manutenção. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Coronel Chagas, continua – O estado dos orelhões é preocupante também, que será objeto também da CPI, é um problema sério no nosso Estado, teremos que apurar de forma profunda as razões que levam a essa precariedade nas comunicações no Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chico Guerra – Agradeço a Vossa Excelência e ao Deputado Erci de Morais pelo empenho em tratar esse assunto. A índole do povo deste País é alegre e comunicativo. É inadmissível que isso aconteça, pesquisa realizada e publicada ontem, demonstra que para cada brasileiro há três celulares. Imaginem, se cada um for lesado em um real, imaginem quanto essas empresas roubam! E o que é pior, mandam para o exterior o lucro dessas empresas. Desejo que Vossas Excelências continuem com esse empenho, que o PROCON continuem à frente desse trabalho. Eu tenho certeza que daqui sairá uma medida preventiva severa, uma vez que a ANATEL não faz isso, até parece que a ANATEL é do filho do Lula mesmo, é inadmissível que a ANATEL fique de costas para esse problema, é um real de cada um, mas no final dá bilhões de reais. Portanto eu quero parabenizá-los pelo trabalho brilhante.

O Senhor Deputado Coronel Chagas, continua- Parece que as agências reguladoras, no caso a ANATEL, não tem força ou tem outros interesses, pois normalmente as decisões favorecem as operadoras. Nesse sentido, a CPI é o principal instrumento de investigação e pressão no Parlamento, ela exerce o papel importante, até porque possui os mesmos poderes instrutores das autoridades judiciais. É importante frisar que na Câmara dos Deputados foi protocolado Requerimento para a criação de CPI, contudo até o momento não se efetivou. Acreditamos que, com a movimentação neste momento, com a criação da CPI no âmbito dos legislativos estaduais faremos pressão para que a Câmara Federal também instale a CPI, diante da urgência e da gravidade do assunto, que a UNALE está capitaneando este momento nacional de criação de CPI Estaduais, o dia simbólico será 23 de abril, a instalação simultânea em todas as Assembleias que decidirem aderir, abraçar a iniciativa. É importante frisar também que não é intenção investigar as operadoras de telefonias, não é essa a ótica, mas apurar a responsabilidade por dano ao consumidor, conforme previsto no inciso 8 do artigo 24 da Constituição Federal, que estabelece que essa matéria de competência concorrente dos Estados federados concorrentes com a União, no tocante a investigar, legislar cobrar. Apesar da nossa assembleia ainda não ter uma tradição em CPI, esperamos que com esta, da telefonia, possamos prestar um bom serviço à sociedade roraimense. Muito obrigado!

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Remídio Monai) – Senhor Presidente, não há mais oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Não havendo Ordem do Dia, neste momento, a Sessão Plenária será transformada em Comissão-Geral, nos termos do Art. 153 do Regimento Interno e atendendo ao Requerimento nº 005/2013, aprovado na Sessão Plenária do dia 26 de fevereiro, momento em que esta Casa estará ouvindo a Secretária do Bem-Estar Social – Senhora Fernanda Silva Rizzo Aguiar; o Secretário da Saúde – Dr. Leocádio Vasconcelos Filho, bem como, representantes de órgãos não governamentais sobre os serviços de atendimentos aos dependentes químicos, prestados no Estado.

Neste momento, temos como praxe transferir a condução dos trabalhos aos Deputados que fazem parte da Comissão que trata desses assuntos, portanto, chamamos o Senhor Deputado Joaquim

Ruiz – Presidente da Comissão de Saúde, e o Senhor Deputado Soldado Sampaio, autor do Requerimento, para, daqui para frente, conduzir os trabalhos desta Audiência Pública.

Peço aos senhores Deputados que apesar de a Sessão ter sido suspensa, permaneçam no Plenário para acompanhar os trabalhos desta Audiência Pública.

O Senhor Presidente Deputado Joaquim Ruiz – Convidamos o Senhor Deputado Sampaio para secretariar os trabalhos.

Solicito à Senhora Deputada Ângela Portella que conduza à Mesa dos trabalhos, o Senhor Secretário de Saúde, Dr. Leocádio Vasconcelos Filho, para compor a Mesa dos Trabalhos.

Solicito à Senhora Deputada Aurelina Medeiros que conduza à Mesa dos trabalhos, a Senhora Secretário do Bem-Estar Social, Senhora Fernanda Silva Rizzo Aguiar.

Solicito ao Senhor Deputado Célio Wanderley que conduza à Mesa dos trabalhos, a Senhora Promotora da Saúde do Ministério Público do Estado, Dra. Jeane de Andrade Sampaio Fonseca.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Promotor Criminal do Ministério Público do Estado, Dr. André Paulo Santos Pereira.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina, Dr. José Antônio do Nascimento Filho.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor representante do Conselho Regional de Psicologia e Presidente do Conselho Municipal sobre drogas, Dr. Agostinho Chagas Neto.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Coordenador do Movimento em Favor dos Dependentes Químicos, Darkson Mota.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Presidente da Associação Beneficente AGAPÃO, Valdenilton Gomes da Silva.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Coordenador da Casa do Pai, José Romildo Ferreira Lessa.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos a senhora Diretora do Departamento de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima – Dra. Lidiane Lima de Almeida.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos o senhor Wilson Lima Santos, representante dos Alcoólicos Anônimos, o representante da Fazenda Esperança, o senhor Heber Rafael da Rosa Guimarães.

Neste momento, passo a palavra para a Secretária do Bem-Estar Social, a senhora Fernanda Silva Rizzo Aguiar.

A Senhora Fernanda Silva Rizzo Aguiar – Secretária do Bem Estar Social – Bom dia a todos, cumprimento em nome do Deputado Joaquim Ruiz, todos os Deputados presentes, o nosso Secretário, Dr. Leocádio Vasconcelos, Promotora Dra. Jeane e os demais presentes.

Falar em dependência química não é só falar em ação social nem em saúde, tem que falar também em educação e em segurança pública, nas três esferas: federal, estadual e municipal. Nacionalmente somos norteados e comandados por um plano nacional de combate às drogas, de dependência química, e esse plano fala em ações compartilhadas, em responsabilidades compartilhadas nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Então, é união de esforços dessas três esferas junto com a sociedade e as organizações não governamentais que apoiam a questão da dependência química. Nesse plano, temos a questão da prevenção, do tratamento e da reinserção social, cabe à Secretaria de Ação Social do Estado acompanhar essa reinserção social nos quinze Municípios. Então, essas ações são realizadas pelos Municípios, através dos centros de referência de ação social e pelos CREAs. No Estado, possuímos 23 centros de referência e seis CREAs regionais que dão todo o suporte e atendimento às famílias. E o estado, através da SETRABES, têm feito o acompanhamento dessas ações nos Municípios, têm aprimorado as gestões e têm investido na capacitação dos gestores e das equipes técnicas dos Municípios para que trabalhem com os usuários no local, na sua comunidade. Este ano vamos investir quase trezentos mil reais oriundos de repasses, através do CAPACITASUS do Governo Federal, em capacitação de níveis médio e superior de funcionários dos quinze Municípios do Estado, e também, o Estado a partir deste semestre começa a financiar a política de assistência social nos quinze municípios. Portanto, ainda neste semestre, estamos dependendo apenas de ajustes, porque os Municípios têm que criar alguns procedimentos, principalmente criar o Fundo de Assistência Social Municipal para que eles possam receber além do repasse do Governo federal que financia as ações de assistência social dentro dos Municípios, receber também do Governo do Estado, pois, a partir do momento em que ele passar a receber vai ter que oferecer este serviço para a comunidade. Mas, independente disso, o Governo do estado, através da SETRABES, tem parceria com a "Fazenda esperança", para a qual repassamos duzentos e cinquenta e quatro mil no ano de 2011 para que a fazenda invista na reestruturação física e na compra de um veículo. Há um outro processo tramitando, que só está esperando uma assinatura para sua conclusão. Acredito que na próxima semana isso aconteça, já cedemos um imóvel na área do jóquei clube para a AGAPÃO, temos parceria com a Casa Rosa de SARON, que tinha sido fechada por falta de recursos. O Governo do Estado também está apoiando, fornecendo um prédio para que seja cedido à Casa Rosa de SARON, que atende mulheres, meninas, vítimas de violência e usuárias de drogas. Então, o governo tem várias ações, temos parceria com os bombeiros, através do programa Bombeiros do Futuro, onde são selecionados cinquenta jovens, mas não são jovens sem problemas, são jovens com problemas. Nós vamos até as escolas, através do cadastro único da Assistência Social, onde lá buscamos jovens que convivem com conflitos familiares, com problemas relacionados ao uso de drogas dentro daquela comunidade. Esses cinquenta jovens fazem parte também do bombeiro do futuro. Recentemente, selecionamos também, através do nosso cadastro único, mais cinquenta adolescentes, a partir da sétima série para fazerem parte do Programa do DETRAN, "CIDADÃO DO FUTURO". Estamos concluindo um projeto para ser enviado para esta Casa. É o "VIVA JUVENTUDE" que vai trabalhar o protagonismo juvenil, a prevenção, a recuperação e a inclusão desse jovem na sociedade de uma forma mais proveitosa. Então, cabe à SETRABES, como Coordenadora Social do Estado, o papel de acompanhar, monitorar e prestar todo apoio técnico aos Municípios que realizam esses serviços, através dos Centros de Referência, independente disso, temos ações em nível de Estado, e temos estabelecido parcerias com qualquer entidade não governamental que nos procura para apoio técnico e até apoio financeiro, como foi o caso da Fazenda Esperança. Era isso que tinha a falar, e, estou aberta a quaisquer questionamentos. Obrigada.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde – Dr. Leocádio Vasconcelos – Meu bom-dia a todos, quero na pessoa do Senhor Presidente desta Sessão, Deputado Soldado Sampaio, da Secretária Fernanda e da Promotora Dra. Geane, cumprimentar os demais componentes da Mesa, os excelentíssimos senhores Deputados e Deputadas, a plateia, manifestando a minha satisfação, agradeço a oportunidade de podermos estar aqui apresentando informações a respeito do que constitui o nosso dia a dia. A dra. Fernanda já colocou as ações do Estado no âmbito da Setrabes. Temos um conjunto de ações que se integram, Setrabes e Sesau. Mas, queria apenas sintetizar para Vossas Excelências em que consiste a rede de atenção psicossocial do Estado, hoje, sob a gestão da Secretaria Estadual da Saúde. Temos, hoje, no Jardim Floresta, nosso CAPS-AD – Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, que está em reforma. Hoje o atendimento é prestado somente durante o dia, até às dezoito horas, concluída essa reforma, poderemos promover o atendimento por vinte e quatro horas naquela unidade. Temos uma casa no bairro dos Estados, conhecida como Casa Terapêutica, que a submetemos à reforma também, inclusive, a empresa acabou de nos entregar a obra, transferimos as ações do CAPS AD, para lá provisoriamente, enquanto conclui-se a reforma do CAPS AD. Nesta casa, onde funciona provisoriamente o CAPS AD, vamos ter a Casa de acolhimento em vinte e quatro horas, estamos equipando toda ela, já licitamos os equipamentos, parte deles já chegaram, outra parte estamos aguardando; já contratamos todos os profissionais, fizemos um processo seletivo de profissionais para atender nesses locais. Portanto, teremos tanto o CAPS AD quanto a casa de acolhimento, funcionando por vinte e quatro horas. Temos, ao lado do Coronel Mota, a UISAM – Unidade Intensiva de Saúde Mental, embora saibamos que o atendimento lá é muito mais ambulatorial, mas funciona de uma certa forma precário, mesmo assim, são dez mil atendimentos por mês na UISAM; Há dentro do HGR uma enfermaria com onze leitos destinados exclusivamente a esses pacientes, e hoje, já estão implantados também, em pleno funcionamento, com pessoal lotado o CAPS AD em cinco Municípios do interior: Alto Alegre, habilitado pelo Ministério da Saúde, já com portaria e tudo, a portaria 101. No Bonfim, temos um CAPS funcionando, credenciado e habilitado pelo Ministério da Saúde. Caracaraí, também, Pacaraima e Rorainópolis. Portanto, temos toda essa estrutura hoje que compreende a rede de atenção psicossocial no

Estado, envolvendo capital e Municípios do interior. Existe outro problema, que nos aflige, mas estamos resolvendo definitivamente, é a questão dos medicamentos, já licitamos três vezes, fracassados alguns itens. Agora, fazendo uso do que nos permite a legislação. Os medicamentos que autorizei, em função de três licitações realizadas sem êxito, autorizei a compra direta nos termos que preconiza a lei 8.666. Então, dentro de trinta dias, estaremos com todos os medicamentos para atendimento. Portanto, temos a convicção de que aquilo que compete ao Estado. Sabendo das nossas limitações, das deficiências e que jamais teremos nosso sonho ideal atendido, mas, estamos fazendo com aquilo que nos é possível, acolhendo de acordo com as orientações do Ministério da Saúde, tanto que no interior não tínhamos nenhum CAPS. Os cinco existentes no interior, foram instalados no final de 2012, todos devidamente credenciados e homologados pelo Ministério da Saúde, com suas respectivas portarias. Então, essa é a estrutura existentes hoje. A casa de acolhimento, após a reforma, passará a acolher a internação por vinte e quatro horas esses pacientes, todos os profissionais já estão contratados para esta finalidade. A casa em breve ficará pronta, concluída a reforma do CAPS do Jardim Floresta, daremos início à internação dos pacientes por vinte e quatro horas. Resumidamente, essa é a nossa estrutura. Fiz questão de trazer a Dra. Lidiane, a Diretora do Departamento de Saúde Mental, abnegada por esta causa, virtude que tenho manifestado publicamente. E, dentre os bons profissionais de saúde, a Dra Lidiane é uma das que veste a camisa em prol desta causa. E diante de qualquer dúvida de ordem técnica que, por ventura não esteja ao meu alcance, com certeza, a Dra. Lidiane está apta a responder qualquer pergunta e dirimir qualquer dúvida de Vossas Excelências. Muito obrigado, e fico à disposição.

O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, senhor secretário, pelos esclarecimentos, boa-vontade e compromisso de Vossa Excelência com a saúde do Estado, ao esclarecer a este Plenário as políticas públicas por parte da secretaria de saúde que estão sendo efetivadas para ajudar famílias cujos membros com dependência química neste momento. Neste momento, convidamos a Dra. Lidiane para fazer uso da palavra.

A Senhora Dra. Lidiane Lima de Almeida – Diretora do Departamento de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde - Bom dia a todos, cumprimento os componentes da Mesa e demais presentes. Vou aqui apenas reforçar o que o Secretário Leocádio já falou. O Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas – CAPS AD, já, funciona há algum tempo, tínhamos alguns questionamentos sobre o fato de não termos nenhum ponto de atenção voltado especificamente para este público, mas hoje já funciona, alguns usuários já passam o dia inteiro, onde fazem a refeição, do café da manhã ao almoço e lanche da tarde. Esse centro vai passar a funcionar por vinte e quatro horas, após a reforma. A unidade de acolhimento, que é a casa que vai acolher os usuários. A Casa, hoje vêm sendo muito reivindicada pela população, com toda razão, vai funcionar em forma de uma residência, onde terá vários profissionais da área técnica especifica, acolhendo os usuários que poderão ficar até seis meses nessa residência sendo tratados e acolhidos, usando outros pontos da rede de atenção e, além disso, quando esses dois serviços estiverem plenamente funcionando, poderemos cadastrar as unidades de acolhimento que se constituirá em um avanço, para uma reivindicação das comunidades terapêuticas que eles precisam dessa atenção. Então, a partir do momento em que esses dois pontos de atenção, o CAPS AD, estiverem funcionando vinte e quatro horas, a unidade de acolhimento funcionando vinte e quatro horas, vamos poder cadastrar no SUS as comunidades terapêuticas, e elas poderão acolher até trinta usuários, receberão por esses usuários acolhidos até mil reais de cada residente nessas comunidades terapêuticas. Será um avanço, já tive esta conversa, em alguns momentos, com alguns responsáveis das comunidades terapêuticas, já passei a portaria, já os aconselhei para irem se adequando, e com isso, vamos ampliar a rede. Por isso, fizemos questão de estar aqui, claro que fomos convidados para este momento. Mas, asseguramos que não paramos de olhar para esse público, temos trabalhado incansavelmente para aderirmos às políticas do SUS, fazermos, como o Ministério da Saúde, hoje preconiza dar assistência que a população necessita, sem contar que conseguimos com a realização do concurso público, que está para acontecer, todas as vagas necessárias para os profissionais, não haverá mais seletivos, serão os concursados contratados para trabalhar na rede, isso otimiza muito nossas ações, sai da rotatividade, teremos profissionais específicos para trabalhar nessa rede. Então, percebe-se que estamos avançando, a ideia é que se avance muito mais e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer questionamento. Obrigada a todos.

O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio – Obrigado Dra. Lidiane, parabéns pelo excelente trabalho e sua dedicação à frente do Departamento. Acredito que acontecerão avanços muito maiores ainda. Neste momento, convido o Dr. José Antônio do Nascimento Filho, representando o Conselho Regional de Medicina.

O Senhor Dr. José Antônio do Nascimento Filho – Representante do Conselho Regional de Medicina – Bom dia a todos, excelentíssimo senhor Deputado Soldado Sampaio, que preside esta Sessão, em seu nome quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, excelentíssimos senhores Deputados aqui presentes, público em geral, meu cordial bom-dia. Represento, neste momento, o Conselho Regional de Medicina e agradeço o convite para participar desta grande causa. Senhores, como brasileiro e como médico, fico estarrecido praticamente todos os dias diante das imagens que nos chegam, através da imprensa televisiva, de brasileiros que se entregam a esse vício sem nenhuma expectativa de vida. Parabenizo o senhor secretário de saúde, Dr. Leocádio, por este grande abraço a esta grande causa que causa tanto sofrimento às famílias brasileiras principalmente as que, por um motivo ou outro, tenham um dos seus membros, familiares nesta situação. O Conselho Regional de Medicina dará todo apoio que lhe é devido por obrigação e por direito, e terá todo prazer em acompanhar e monitorar essas pessoas. Podem contar com o CRM nesta tarefa, vamos abraçá-la, a participação é de todos os brasileiros. Mais uma vez agradeço o convite ao nosso Conselho. Obrigado. Bom-dia a todos.

O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio – Obrigado Dr. José Antônio, por colocar o Conselho Regional de Medicina à disposição na batalha, guerra de enfrentamento às drogas, que cada vez mais destroem famílias no nosso Estado, com práticas de pelo furto, abuso sexual, violência contra a mulher, contra a criança, superlotando o sistema penitenciário. Realmente, estamos diante de um problema que deve ser enfrentado por todos. O objetivo desta audiência não é acharmos culpados nem responsáveis por este problema, o objetivo maior desta audiência é traçar propostas, alternativas com propósito de sair daqui com ações efetivas a curto e médio prazos. Mas para concretizá-las, precisamos envolver vários segmentos da sociedade, como: a segurança pública, saúde pública, assistência social, famílias, as religiões que compõem nosso País. Enfim, é uma luta de todos nós. Peço à taquigrafia que dê ênfase às propostas que estarão sendo encaminhadas para cá, a fim de sair após esta audiência, uma carta propositiva, um documento, o qual possamos apresentar às autoridades que aqui presentes, inclusive, as que não puderam vir, no sentido de fazermos políticas efetivas no combate às drogas.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado, já acertamos, durante uma conversa com o Ministério Público, de que a Assembleia vai elaborar um documento, e o que não for possível atender este ano, iremos trabalhar com a Secretaria de Saúde, com o SETRABES, para colocar no orçamento do próximo ano para que o Estado possa investir nessa área. Portanto, fica o compromisso da Assembleia em elaborar um documento, através do nosso Presidente, esse documento terá o aval do Ministério Público, vamos encaminhar uma cópia ao Ministério Público para tomar devidas providências nesse sentido.

O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio – Neste momento, passamos a palavra ao Senhor Agostinho Chagas Neto, representando o Conselho Regional de Psicologia e como Presidente do Conselho Municipal sobre Drogas.

O Senhor Agostinho Chagas Neto – Representando o Conselho Regional de Psicologia e como Presidente do Conselho Municipal sobre Drogas – Bom-dia, gostaria de cumprimentar todos os presentes em nome do Senhor Deputado Soldado Sampaio, os senhores Deputados, Deputadas e audiência aqui presentes. Participo aqui como representante do Conselho Regional de Psicologia, vigésima região, sou também Presidente do Conselho Municipal sobre Drogas. Quero registrar a ausência do convite para este evento ao Conselho Municipal sobre Drogas e o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, que deveriam também ser convidados para esta audiência, pois estão diretamente ligados à coordenação das ações do Estado e dos Municípios referentes à questão gravíssima da droga. Com respeito ao papel do Conselho de Psicologia, como todo conselho de classe, o Conselho Regional e o Federal de Psicologia têm a função de fiscalizar o exercício da profissão, e não só fiscalizam como também cooperam com o fiel cumprimento da profissão e das necessidades da sociedade no âmbito da profissão psicologia. O Conselho Federal de Psicologia tem se

manifestado duramente contra a atuação das comunidades terapêuticas que não têm um psicólogo, um serviço de psicologia, queremos entender que, às vezes, até por uma questão ideológica, tem exorbitado do seu papel. Mas, vemos também que este serviço que aborda o tratamento da droga é uma questão de saúde, social, de segurança pública, espiritual, que deve ter contemplado também o psicólogo dentro dos serviços que são oferecidos, e assim, o Conselho se fazer presente nessas ações. A Resolução 29 da ANVISA preconiza que na equipe técnica de todo serviço de psicologia, de todo serviço oferecido pelos trabalhos com dependência química, privado ou público, deve ter um psicólogo. Portanto, o Conselho de Psicologia tem o que falar a respeito. Por isso, o Conselho tem se manifestado. Quando fui convidado para vir aqui, na qualidade de Presidente do Conselho Municipal para representar o Conselho de Psicologia, coloquei para a Presidente e Vice-Presidente do Conselho Regional que discordava da campanha que o Conselho Federal têm feito com respeito às comunidades terapêuticas religiosas, não que desconfiamos do trabalho das comunidades terapêuticas, pelo contrário, a maioria dos profissionais da área entendem que as comunidades terapêuticas religiosas têm prestado um relevante serviço de longa data, não somente recente, mas, desde a década de 70, comunidades evangélicas têm feito o primeiro enfrentamento na questão das drogas no nosso País. Esse trabalho tem sido reconhecido pelo governo federal, através do programa de enfrentamento ao Crack, inclusive, tem uma portaria que foi mencionada pela Dra. Lidiane, para contratação de vagas em comunidades terapêuticas do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça. Então, até o dia oito deste mês estava aberto o edital para a pré-qualificação das comunidades terapêuticas, e foi uma participação do conselho municipal junto com as comunidades terapêuticas, também participação do Conselho Municipal junto às comunidades terapêuticas para ajudar na pré-qualificação das comunidades terapêuticas do Estado de Roraima, para que elas estejam prontas a receber mil reais por vaga, podendo ser contratado até cinquenta por cento da capacidade de cada comunidade terapêutica, atendendo assim ao interesse do Município, do Estado no sentido de cooperar e trabalhar junto com a iniciativa privada, visando prover as condições necessárias para que essas iniciativas da sociedade civil venham a ser apoiadas. E como a gente poderia abrir vagas para o tratamento intensivo em regime de internação? Seria exatamente apoiando essas comunidades e as comunidades que correram atrás e se pré-qualificaram, elas receberão esse apoio do pagamento de mil reais por vaga, se possível, até trinta vagas. Então, uma comunidade recebe até trinta mil reais por mês, é uma coisa concreta, efetiva e está dentro do Plano de Enfrentamento ao Crack do Governo Federal, com apoio do Estado e dos Municípios. Temos uma proposta, na qualidade de Presidente do Conselho Municipal sobre Drogas, uma proposta concreta. Aconteceu aqui no Plenário desta Assembleia, no fim de semana passado, o FENASP – Fórum Evangélico Nacional, Social e Político e discursou aqui a psicóloga Marisa Lobo, que veio a Roraima com o propósito de, junto com as comunidades terapêuticas, os serviços públicos municipais e federais e com todos os serviços que abordam a questão da droga, trabalhar a questão dos projetos terapêuticos. Meus prezados, trabalho nesta área desde que cheguei a Roraima, e a deficiência é um projeto terapêutico definido a cada serviço, outra deficiência é ter clareza na rede de serviços. A dra. Lidiane já me chamou para discutirmos essa questão, tanto o Município quanto o Estado, mas, ainda não há uma configuração bem clara. O Estado do Paraná, de onde é a Drª Marisa Lobo, tem uma experiência exitosa sobre a configuração e organização desta rede. Então, ela se propôs a vir a Roraima dar um treinamento neste sentido, trazer a sua experiência do Paraná. Está faltando apenas a passagem e a hospedagem. Então proponho que se articule entre a Assembleia e o Executivo, entre as instâncias do Judiciário, também em nível municipal, a vinda da Dra. Marisa Lobo para o seminário sobre projeto terapêutico para que cada instituição tenha o seu projeto terapêutico, como um todo, para trabalharmos e discutirmos a questão do plano individual de atendimento dentro desses serviços. Também, discutir e formalizar, configurar a rede de atendimento que existe, mas, às vezes, não é clara. Muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Presidente dos Trabalhos, Soldado Sampaio – Obrigado pela sua contribuição, Senhor Agostinho das Chagas Neto, representando o Conselho Regional de Psicologia e Presidente do Conselho Municipal sobre as drogas.

Neste momento, eu passo a palavra aos representantes dos movimentos em favor dos dependentes químicos e também às comunidades terapêuticas. Neste ato, convido o Senhor Darkson Mota, Coordenador do Movimento em favor dos dependentes químicos, com prazo até de cinco minutos para expor nesta audiência pública.

O Senhor Darkson Mota (Coordenador do Movimento em Favor dos Dependentes Químicos) – Bom-dia a todos os presentes. É motivo de alegria ver neste plenário amigos que labutam na área social, no combate à dependência química. Têm profissionais aqui com grande envolvimento de responsabilidade com os trabalhos desenvolvidos na dependência química. Quero cumprimentar também a Mesa, na pessoa do Deputado Joaquim Ruiz e do Deputado Soldado Sampaio.

Na realidade, Senhoras e Senhores, nós estamos aqui para reivindicar mais atenção, apoio às questões, onde tanto a prefeitura como o Governo são omissos, relacionado, em especial, ao tratamento com a dependência química. Tudo que vocês ouviram é muito bonito na teoria, mas na prática nós vemos que realmente isso não acontece. E nós estamos aqui forçando, levantando essa discussão porque não dá mais pra conviver com o problema. Boa Vista, hoje, é uma boca de fumo. Eu já falei isso e vou repetir. A nossa cidade está com os muros caídos. A fronteira está aberta, tanto com a Guiana, quanto com a Venezuela. Entra droga direto na cidade. E, pasmem, daqui distribuída para todos os lugares do país. Infelizmente, pelo fato de nós não estarmos cobertos em relação a isso, o CAPS AD, na realidade, é um projeto do Governo Federal, e não do Governo Estadual. O Governo Estadual é para incentivar mais esse projeto. O Secretário de Saúde está aqui. Gostei, quando você falou a respeito da questão de que está sendo feito alguma coisa. Mas, secretário, precisa ser feito mais. E não é o ideal, é o real porque nem o básico para tratar o dependente químico nós estamos tendo. Só para vocês terem uma ideia, nós temos filmagem do CAPS, mostrando que não tem estrutura para receber pessoas dentro das salas. Falei ainda agora com um profissional, eu posso chamá-lo aqui na bancada para ele falar sobre o que está se passando no CAPS, pois ele trabalha lá dentro. Uma sala para comportar 25 pessoas, mas só cabem 10 pessoas. Então, não tem condições de fazer tratamento, assim. O CAPS não tem condições de levar, de desenvolver uma mentalidade, visando recuperação dessas pessoas. E a gente percebe aqui em Boa Vista e espero, Deputados, eu vou olhar nos olhos de cada um de vocês, que a gente saia daqui hoje com uma resposta concreta. Que nós saíamos daqui com uma resposta que realmente Boa Vista possa perceber que é feito um trabalho de consistência, não só de recuperação, mas de prevenção e repressão também. Nós temos uma vergonha exposta na cara de todo mundo aqui, que se chama Beiral, no Caetano Filho. Essa situação é uma vergonha para nós! Eu trabalho no Beiral há anos, na época da alagação fiquei ajudando os dependentes. Só para vocês terem uma ideia, eu trabalho há 13 anos, a minha vida é consagrada para ajudar os dependentes químicos. E nós vemos o Poder Executivo à margem disso. O Governador nem se posicionar não se posiciona. Ontem, foram apreendidos seis quilos de cocaína, vindo da Venezuela. Dentro da Penitenciária até bomba já estourou. É droga que não acaba mais. A penitenciária está fornecendo droga aqui para fora. Então, ou nós entendemos que nós realmente temos que fazer políticas públicas de uma forma séria ou, então, nós vamos ver o caos instalado em Boa Vista. Anotem o que eu vou dizer para vocês pela data de hoje. Se nós não fizermos alguma coisa, Deputados, agora! nós vamos ver o caos em Boa Vista daqui a três, quatro anos. Eu trabalhei no Rio de Janeiro, sou roraimense, sou macuxi, amo esta terra. Falei para minha esposa que quando eu morrer ela vai tirar o meu coração para ser enterrado numa boca de fumo. Eu tenho o cheiro disso. Eu convivo com tudo isso todos os dias. Eu não estou aqui num discurso só de falácia, não. A gente já faz, mesmo sem condições. Trabalhei no Rio de Janeiro, pegando aquelas pessoas dos morros, favelas. E a gente percebeu que o comando vermelho, o terceiro comando, a maioria desses comandos de lá, se formaram, como começa hoje aqui, com pequenas galeras, com pequenos entrepostos de pessoas, que reúnem hoje as facções criminosas que dominam Rio de Janeiro e São Paulo. Se nós não iniciarmos o combate a esse mal agora... Está aqui o promotor que sabe disso. Nós não estamos aqui reivindicando o impossível, nada, além do que se possa ser feito, não. Tem uma fazenda chamada Fazenda Uamirim, que cria cavalo, e que a PM agora está tomando conta. Nessa fazenda foram apreendidos 209 quilos de cocaína com o traficante, chamado Alexandre Ruan. Ele voava de Tabatinga, aterrizava aqui, carregava e voava para o Suriname. De Suriname, ele voava abaixo do radar para chegar na Europa. O que é que eu estou querendo dizer? Nós estamos passando por uma situação difícil.

Deputados, estamos nos posicionando hoje, escutem, por favor. Eu estou dizendo que eu também estou junto nesta luta, ou nós vamos ver o caos em Boa Vista. Quando esses garotos descobrirem que pistola e fuzil, são melhores do que facão, acabou para nós. Quando eles descobrirem que essa fronteira está aberta e que esses guardas corruptos da Venezuela podem vender fuzil, acabou. Desculpem pela minha contundência, porque eu sou assim mesmo. Que Deus abençoe e iluminem vocês Deputados, porque Boa Vista, hoje, infelizmente, é uma boca de fumo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Realmente, ele merece essas palmas, porque é um exemplo de superação. Deixo o meu testemunho sobre os posicionamentos de Darkson, que é um exemplo de superação. Eu tive a oportunidade de ler um livro, conheço parte de sua história. Que não fosse só o Darkson, gostaria que o Victor, também, que é meu filho, tivesse o exemplo dele e se recuperasse.

O Senhor Presidente dos Trabalhos, Deputado Soldado Sampaio – Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Associação Beneficente Agapão, o Senhor Valdenilton Gomes da Silva, com prazo de até 5 minutos.

O Senhor Valdenilton Gomes da Silva (Presidente da Associação Beneficente Agapão) – Eu cumprimento todos da Mesa, o Senhor Darkson, que apresentou excelente pronunciamento sobre a realidade com a qual convivemos no momento em nosso município e em nosso Estado. Também cumprimento todos que se encontram neste recinto. Meu nome é Valdenilton, sou um dos coordenadores do projeto Agapão. E temos também travado essa luta ao longo de cinco anos já dentro do Estado de Roraima. A Associação Beneficente Agapão trabalha na questão da prevenção, da intervenção e do tratamento do dependente químico, bem como daqueles que o cercam, ou seja, o codependente, familiares. E nos últimos cinco anos, nós temos contado apenas com a ajuda de alguns voluntários. Pessoas que realmente compraram a causa. Nós temos trabalhado ao longo desses cinco anos numa estrutura precária, sem nenhum apoio. E temos desenvolvido, como outras casas ou outras comunidades terapêuticas, um grande trabalho. Mas, além do trabalho terapêutico, a nossa associação trabalha no âmbito da prevenção, da intervenção e do tratamento em si. Temos observado ao longo desses cinco anos que, apesar de ser grandioso o trabalho da comunidade terapêutica, como disse o nosso Presidente do Conselho de Psicologia, desde a década de 60, a questão do tratamento em si da dependência química vai além das fronteiras de uma comunidade terapêutica. Digo isso porque muitas vezes temos visto pessoas enfrentando uma batalha de até um ano para se tratar da dependência química. E, às vezes, no momento em que nós temos que ressocializá-lo, ou seja, devolvê-lo à sociedade, nos sentimos muito entristecidos diante das condições do local ao qual vamos ter que devolver aquele indivíduo. Tratamos muitas vezes casos que para a sociedade representa um problema, para então devolvermos esse indivíduo para a mesma sociedade. A sociedade beneficente Agapão, como a nossa Secretária do Bem-Estar Social já disse aqui, recebeu deste governo um prédio, no qual estaremos trabalhando com um plano de prevenção para toda a sociedade boa-vistense e roraimense. Entendemos que chega a ser uma covardia devolver o indivíduo tratado, depois de termos passado um ano trabalhando aquele indivíduo. Conforme a doutora falou, temos por lei a Resolução nº 029, que diz, que, também, podemos tratar de 30 a 60 pessoas. Refiro-me a indivíduo interno, fora a comunidade de forma geral, os familiares, as pessoas que cercam aquele indivíduo. Devemos fazer um trabalho muito maior, porque chega a ser uma covardia nós devolvermos aquele indivíduo para o mesmo local onde foi criado. Ou seja, o mesmo local contribuiu desfavoravelmente para que ele chegasse a uma tal situação em que ele se encontra hoje, discursado aqui pelo nosso amigo Darkson. E o que nos falta? Nós entendemos, pela fala dos colegas, que estamos vivendo um momento bem parecido. Todos entendem que precisamos de uma adequação e de uma estruturação para desenvolver um trabalho que realmente faça a diferença neste Estado. Qual é a diferença das comunidades terapêuticas para aquilo que o nosso Secretário de Saúde relatou aqui, a questão do apoio. Temos uma equipe hoje, a Agapão, que conta com uma psicóloga, dois terapeutas, 10 consultores em dependência química e alguns outros voluntários que nos acompanham diariamente, de domingo a domingo, nesse trabalho. Mas nós precisamos, como vocês também relataram aqui de uma estruturação física, técnica, de um apoio maior por parte do Governo. Nós entendemos que, por estarmos passando por um momento parecido, todos buscam uma melhor forma de desenvolver esse trabalho e realizar estruturação. Precisamos verdadeiramente dar as mãos para que alcancemos o objetivo, isto é, o funcionamento de forma efetiva, não só com aqueles que já estão dentro, mas com aqueles que estão em via de entrar nesse problema de dependência química. E eu digo isso porque convivo com a situação. É um problema de todos nós.

Eu agradeço a oportunidade. Bom-dia a todos.

O Senhor Presidente dos Trabalhos, Soldado Sampaio – Obrigado, Senhor Valdenilton Gomes da Silva. Parabéns para você e toda a equipe da Associação Beneficente Agapão pelo excelente trabalho prestado à comunidade roraimense.

Neste momento, convido o Senhor Helder da Rosa Guimarães, representante da Fazenda Esperança, para fazer uso da palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Senhor Helder da Rosa Guimarães (Representante da Fazenda Esperança) – Bom-dia, Senhores Deputados, demais que compõem a Mesa, cidadão de Roraima. Eu me chamo Rafael, estou aqui como representante da Fazenda Esperança, e dou total apoio para o nosso amigo Darkson, que expôs a dor, o sentimento de abandono por parte do serviço público em relação às comunidades terapêuticas. Eu também sou um ex-dependente químico, passei cinco anos vivendo a escravidão da dependência química. Com a graças de Deus, pelo trabalho maravilhoso que as comunidades terapêuticas prestam para a sociedade, mesmo muitas vezes sem incentivo por parte do Governo, por parte do poder público, mas, enfim, consegui me recuperar. Hoje, me encontro na Fazenda da Esperança, doando a minha vida, acolhendo aqueles que chegam, filhos de Roraima, em busca da difícil tarefa de recuperar a dignidade humana, de recuperar a vida. E, assim, a Fazenda da Esperança já existe há 30 anos, trabalhando pela recuperação de dependentes químicos, não só no Brasil. Começou com uma experiência no município de Guaratinguetá, São Paulo, hoje, já se encontra espalhada por quase todos os Estados brasileiros, na Europa, na África, na Ásia. E, com a graça de Deus, se encontra também aqui neste Estado maravilhoso. Mas, também, como foi dito aqui sentimos uma deficiência muito grande em relação ao Poder Público, em apoio às comunidades terapêuticas. Existe um provérbio popular: "uma andorinha só não faz verão". Acredito, que, com a graças de Deus, conseguimos desenvolver esse trabalho, mas poderíamos fazer muito mais com apoio por parte do governo, por parte do Poder Público, semelhante ao que tivemos no valor de 254 mil reais no ano passado. Foi com a ajuda do SETRABES, que conseguimos reformar as estruturas da fazenda para melhor acolher os jovens. Mas o que representa 254 mil reais para uma instituição que trabalha praticamente sozinha? 254 mil reais não é nada, precisamos mais, mais apoio. É uma vergonha muito grande ver essa situação, pois já passei por outras fazendas da esperança em outros estados, onde se percebe quão grande é o apoio do poder público, a eficácia do trabalho desenvolvido quando se tem essa parceria, enquanto em Roraima, infelizmente, estamos sem apoio. Então gostaria que o poder público voltasse políticas públicas para a questão da dependência química, tão viva no Estado de Roraima, mas infelizmente, estamos ainda vivendo tempos de começo. O meu muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente Soldado Sampaio – Muito obrigado pela contribuição. Parabéns pelo excelente trabalho desenvolvido pela Fazenda Esperança, pela Igreja Católica. Precisamos avançar cada vez mais, acho que o intuito da Audiência pública é sensibilizar a classe política, como bem falou o Deputado Joaquim, o orçamento do Estado passa por esta Casa, onde cada Deputado tem o poder de fazer suas emendas. E aí fica a sugestão, não só para a Fazenda Esperança como para outras entidades terapêuticas que, com certeza, disponibilizarão um montante de recursos. Mais uma vez, parabéns por abrir esse enfrentamento, mesmo diante de políticas públicas inexistentes ou insuficientes para atender a demanda gerada no nosso Estado.

O Senhor José Romildo Ferreira Lessa, Coordenador da Casa do Pai – Bom-dia a todos. Quero saudar a mesa, na pessoa do Deputado Joaquim, e a todos presentes no Plenário, desejando um bom-dia. Primeiramente, a dependência química é uma questão de saúde pública, de segurança, de educação e familiar. Eu recebo cerca de vinte telefonemas de mães desesperadas querendo uma vaga para internar seus filhos. Nesse sentido, me reporto à Constituição Federal, ao artigo 196, onde diz que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. A Organização Mundial da Saúde diz que a dependência química é uma doença e precisa ser tratada. Então, cabe a mim, cabe a você e à sociedade de maneira geral, nos unirmos contra esse mal que assola as famílias, que destrói famílias, por ser tão comum, muitas vezes, nós nos tornamos insensíveis. Passamos no Beiral e dizemos que não temos nada a ver com isso, que não é problema nosso. O mal está

implantado, acredito que está na hora de nos unirmos para darmos respostas a isso. Para se ter uma ideia, parabéns para a Fazenda Esperança que recebeu 254 mil, enquanto a Casa do Pai, programa Amor Incondicional, não recebe, pois se o governo tivesse dado um real para a agente manter as pessoas lá, estaria aqui agradecendo ao Governo do Estado para manter a comunidade terapêutica. Eu tenho uma lista com mais de duzentas pessoas esperando vaga para se internar. Hoje as comunidades terapêuticas são as que oferecem maiores resultados, resultados significativos na recuperação de dependentes químicos. O que queremos, Deputados, é que vocês se sensibilizem com isso, de fato e de verdade para votar uma emenda, votar no orçamento valor que possa ser construtivo nesse processo, que possa, de fato, atender àquelas pessoas que anseiam por atendimento. Que essa busca de apoio não fique apenas no discurso, mas de fato e de verdade possamos efetivar essas ações que possam trazer resultados para as pessoas. Então, era a colocação que eu queria realmente deixar, porém quero ainda, comentar um detalhe aqui, Deputado Sampaio: quando se trata de segurança pública, mais de 90% dos que estão no sistema prisional passaram pela questão da dependência química, precisando de recuperação, mas não tem um trabalho de recuperação lá dentro do sistema prisional. E tem mais, pasmem, os senhores, foi dito que vai ter um projeto para liberar mil reais para acada pessoa se tratar, mas um preso custa para o Estado 2.200 reais, mais um custo de 30 mil para constituir uma vaga naquele local. Então, o que é mais fácil? Não seria mais fácil nos unirmos e tratarmos essa questão que, em muitos casos não tem ressocialização, pois apenas o excluímos, mas eles estão na sociedade, entretanto é considerado um processo de ressocialização, de reeducação para colocá-los na sociedade novamente. Então, quanto custa um preso para mim? Então, dependente químico precisa de atendimento. É preciso unir forças. É esse o nosso principal objetivo neste encontro aqui. Agradeço a todos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero, de público, pedir desculpas, em nome da nossa Casa, ao nosso Secretário de Justiça por não ter sido convidado a participar da Mesa, porque ele é o Presidente do Conselho Estadual de Drogas. Então, repito o pedido de desculpa, convido-o a participar, com muito orgulho, da Mesa.

O Senhor Wilson Lima Santos, representante dos Alcoólicos Anônimos – Em nome do Deputado Sampaio, saúdo a todos os presentes. A irmandade dos Alcoólicos Anônimos é uma associação de homens e mulheres, cujo único propósito é se manterem sóbrios e ajudar muitos a manter a sobriedade. Nosso trabalho é feito em cima de 13 passos para recuperação e manutenção do estado de sobriedade. Aqui, no Estado todo, contamos com 12 grupos, e um escritório que funciona no Centro de Cidadania Nós Existimos. Atualmente, nós atendemos, também, baseados na inovação que houve, os beneficiários das penas alternativas, o pessoal do judiciário entendeu que por trás de muito conflito com a lei, por trás da situação, existe o problema de saúde pública, tanto o álcool quanto as drogas em si. A nossa irmandade não recebe recursos públicos por questão de conceito nosso, nós nos provemos de recursos próprios. Nós trabalhamos aqui no estado há 35 anos e estamos de portas abertas. A nossa forma de ajudar a sociedade é através de palestras, reunião de informação e de recuperação no grupo propriamente dito. Na cidade de Boa vista, temos 10 grupos, e no interior, temos 04 grupos: sendo um no Cantá, um em Alto Alegre, um em Mucajaí e outro em Caracaraí. Atendemos as pessoas na medida do possível. Agradecemos a oportunidade de estarmos aqui, trocando experiência e informando as pessoas que o alcoolismo é a porta de entrada para as drogas mais pesadas.

O Senhor Deputado Sampaio – Obrigado, Wilson pela sua contribuição, parabenizo também o excelente trabalho desenvolvido pelos alcoólicos anônimos. A sociedade mitas vezes entende que álcool não é uma droga, passa por menos, porém o álcool é a parte de entrada para o mundo das drogas. Então, parabéns pelo seu trabalho, que conheço de perto, não só em Roraima, como em outros Estados o trabalho desenvolvido por essa organização a qual o Senhor está representando.

Passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Justiça e Cidadania, também Presidente do Conselho Estadual Antidrogas, pelo tempo que achar necessário.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania, Senhor Eliezer Monteiro – Senhores Deputados desta ilustre Casa, permita-me saudá-los em nome dos Deputados Joaquim Ruiz e Soldado Sampaio, componentes da Mesa, funcionários, imprensa. E os senhores e senhoras que fazem o trabalho de tratamento a dependentes químicos neste Estado, quero saudá-los em nome do nosso amigo JR da Casa do Pai, conhecido nosso de algumas reuniões. Colegas secretários, gostaria de saudá-los em nome da Secretária Fernanda da SETRABES. Saúdo os profissionais que tratam dos dependentes químicos, em nome do Doutor Agostinho, Presidente do Conselho Municipal Antidrogas, também é um parceiro nosso em relação a esse esforço. Profissionais da imprensa, gostaria de saudá-los em nome do Janjão que tem um programa. Desde o ano passado, quando assumi a Secretaria e a Presidência do Conselho Estadual Antidrogas, começamos a fazer a parceria acontecer, de fato o Janjão faz um trabalho, maior parte, solitário, e precisa do apoio.

Peço desculpas pelo atraso, as razões foram expostas aqui. Mas, a partir da hora em que fiquei sabendo saí da reunião que realizavam com o sistema prisional, me desloquei imediatamente para cá, porque acho importante a gente manifestar a nossa opinião sobre esse problema Social.

Cumprimento todos os Senhores Deputados pela iniciativa de fazerem este chamamento público para a discussão d e uma situação problema que está batendo à nossa porta, seja pelo lado de fora, ou pelo lado de dentro. Realizamos no ano passado a semana Estadual Antidrogas e, ao final de todos os eventos no Palácio da Cultura, saiu a Sua Excelência o Senhor Governador, saíram várias autoridades, saiu o público em geral, permaneceu apenas um pequeno grupo de pessoas envolvidas na discussão relativa ao tratamento e a prevenção, e aí uma senhora que ficou conosco, pediu permissão para falar e declarou assim: "Meus senhores eu vim aqui, pensando que iria achar ajuda, mas, como estou vendo, não vou encontrar ajuda porque os Senhores estão discutindo só política". Então, perguntei, qual é o seu problema? Em resposta me falou: "Eu estou desesperada." Pensei, uma senhora de mais 50 anos, pessoa nova, cheia de saúde. E aí ela explicou: "Preciso de ajuda". E perguntei qual é a ajuda que a Senhora precisa? " Eu tenho um filho dependente químico que está quebrando tudo dentro da minha casa, bate no meu marido, pegas as nossas coisas e leva para vender lá fora. A gente não tem mais nada". Ao perguntar a idade do seu filho, ela continuou: "Eu preciso da ajuda, ela demonstrava-se desesperada. Depois da terceira vez que eu perguntei a idade dele, ela falou que ele tem 36 anos. Achava que ele tinha 16, 17 anos, mas tinha 36 anos. Uma cidadã roraimense com um problema enorme, mas o Doutor Augustinho fez o encaminhamento da situação dela que espero que tenha sido equacionado. Mas o Conselho Estadual Antidrogas, não é para isso, como também sabemos que a Assembleia não é para fazer o tratamento nem o encaminhamento, mas juntos a Assembleia, o Conselho, o Executivo, o Ministério Público, todos os Poderes constituídos e a população de uma maneira geral, a sociedade organizada, podemos criar elementos de apoio para aqueles que já decidiram querer fazer o tratamento. Minhas senhoras e meus senhores, a internação de uma pessoa dependente químico, então, nesse sentido, não digo somente como já foi falado anteriormente, acredito, que a dependência química não afeta somente pelo uso de drogas ilícitas, como a cocaína e a maconha, as mais comuns aqui no estado, a dependência química também reflete pelo uso de substância alcoólica, que se embriagam. Existe a internação voluntária, a internação compulsória que se dá através da decisão da justiça e a que nós chamamos de involuntária. A Involuntária é quando a família quer que o cara seja internado, e se a família quer mesmo que ele não tenha nem condições de dizer se deseja ou não, ele pode ser internado. Tem algumas pessoas no meio da rua que precisam, talvez, de uma internação involuntária ou compulsória porque estão começando a usar a droga de uma maneira descontrolada, causando danos àqueles que circulam pelas ruas. Agora, o nosso papel, enquanto cidadãos, é acreditar que a droga está batendo na nossa parte do lado de dentro ou do lado de fora. O Conselho realizou uma campanha no ano passado e gostaria que me entendessem, que não se trata de um desagravo, mas é comentário a respeito da preocupação que as pessoas, de uma maneira geral, tem quanto a essa realidade. O Conselho promoveu campanha na Semana Estadual Antidrogas, houve participação de muitos segmentos, foi firmada a promessa para a elaboração de um pacto estadual de enfrentamento ao uso de drogas. O documento do pacto foi encaminhado para todos os órgãos dos poderes que têm alguma coisa a ver com a dependência química. Participaram e estão participando alguns órgãos, mas, no final do ano, desenvolvemos uma campanha Natal pela Vida, onde a mídia fez uma veiculação muito pequena, porque a matéria não foi paga, mas foi pedida. Realizamos em dezembro, no dia 07 de dezembro, o evento foi na Praça das Águas, onde pouquíssimas pessoas estiveram presentes. O Conselho também apoia e orienta as ONGs que tratam a dependência química. Enfim fizemos um encaminhamento a determinadas instituições, como a Casa do

Pais, que já faz um tratamento, porque a Secretaria Estadual Antidrogas pode disponibilizar recursos para o apoio aos dependentes químicos, mas, infelizmente, a burocracia federal é muito grande. Das três unidades terapêuticas que oferecem tratamento na dependência química aqui no Estado, somente duas conseguiram fazer o credenciamento. Nós temos uma campanha em curso que prioriza Deus, família e vida. Um vasto material está sendo distribuído. Há um mês, foi feito um evento com a Agapão lá no Bairro Joquei Clube, consideramos muito interessante, houve apoio de algumas pessoas da iniciativa privada, como a FORBRÁS que disponibilizou elemento de veiculação de imagens, falta ainda o de som, mas vamos solicitar à Prefeitura para que libere a instalação de vídeos instrutivos, mostrando a realidade dos usuários de droga. O Conselho cumpriu o papel operacional e executivo de criar um kit de palestras. E os conselheiros, somos 13, temos participado de todos os eventos para os quais fomos chamados, para fazermos amostras sobre esse assunto. Ou seja, quem precisar de uma palestra orientadora sobre prevenção, onde buscar o tratamento, o Conselho Estadual Antidrogas estará fazendo o seu papel também. Mais uma vez, declaro ser louvável a iniciativa da Assembleia, levantar a discussão a respeito da forma de procedimentos com o dependente químico. Está no Conselho um estudo que tratará de um Projeto de Lei, visando criar no Estado de Roraima a internação involuntária ou compulsória dos dependentes para retirá-los das ruas, onde estão entregues e dominadas pelas drogas. Parabéns a todos os presentes.

O Senhor Presidente (Soldado Sampaio) – Muito obrigado pela sua contribuição.

Passamos a palavra ao representante do Ministério Público, Doutor André Paulo Santos Pereira, da 2º Promotoria Criminal.

O Senhor Representante do Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria Criminal (Dr. André Paulo Santos Pereira) – Bom-dia a todos. Parabenizo esta Casa, em nome dos senhores deputados, pela coragem de enfrentar um tema tão difícil, tão espinhoso, tão árduo, com seriedade que o tema merece. Então, senhores deputados, recebam os nossos parabéns pela iniciativa, e que outras continuem ocorrendo no mesmo sentido. Cumprimento todos os presentes, especificamente na pessoa dos Senhores Deputados Soldado Sampaio e Joaquim Ruiz, que coordena os trabalhos da Mesa. Vou expor um pouquinho sobre o ponto de vista do Ministério Público quanto aos problemas das drogas que afetam nossa sociedade. Na verdade, quando se refere ao problema das drogas, muitos dizem que droga é só um problema de saúde pública. Então, pergunto: será? Não! Porque não é! Senhoras e Senhores, vejam, as drogas são o motor que movimenta a criminalidade no Brasil. 99% dos crimes que ocorrem no Brasil estão direta ou indiretamente ligados à problemática das drogas. Será que é só um problema de saúde pública? É claro que também é um problema de saúde pública, mas o problema não é só dessa natureza. A maioria esmagadora, para não dizer a totalidade dos crimes. Por exemplo, contra o patrimônio público, assaltos, roubos, não são efetivados senão para comprarem drogas? Quando o sujeito assalta uma pessoa com o revólver engatilhado, com a mão tremendo com a crise de abstinência de drogas, encosta essa arma na cabeça de um pai de família, exigindo os seus pertences não têm outro fim, senão para comprar drogas? Hoje, em decorrência direta ou indireta, a droga é o motor que movimenta a máquina da criminalidade no nosso País, no nosso Estado, incluindo a nossa cidade de Boa Vista. Muitos dizem que a droga não é problema seu por não terem nenhum parente ou conhecido envolvido com drogas, enquanto o problema diz respeito a todos nós, porque todos estamos sujeitos a sofrer consequência dos atos de criminalidade desenfreada que assola o nosso país. Todos nós estamos sujeitos a ser a próxima vítima dos criminosos, tão divulgados nos noticiários. Então, é um problema que diz respeito a todos nós. Como deve ser feito o combate às drogas? Não existem fórmulas mágicas, existem algumas pistas, algumas direções, e a primeira que se colocaria, se resume ao trinômio, três palavras que resumem a questão das políticas públicas em relação às drogas: a prevenção, a repressão e o tratamento. Vamos começar pela repressão que, aliás, é minha especialidade na atribuição da minha promotoria, já que eu trabalho na promotoria de tráfico de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Na nossa promotoria, trabalhamos diretamente com o resultado da atividade policial, ou seja, a polícia prende um traficante, pequeno, médio ou grande, e o encaminha para o Ministério Público, propõe a denúncia criminal, iniciando um processo contra aquela pessoa. E aí verifica-se que o problema da repressão no Brasil hoje é feita de maneira descoordenada, carente de equipamentos, de pessoal e de estrutura, às vezes, de forma muito amadora. Não digo isso, me referindo a homens e mulheres, especialmente bravos policiais civis e militares que no dia a dia estão trocando tiros com marginais perigosos, colocando própria vida em risco. Não estou dizendo que eles faltam com profissionalismo, mas a questão é que eles fazem com muito pouco recurso. Vejam, por exemplo, ontem foram apreendidos seis quilos de cocaína em poder da quadrilha que trazia essa droga da Venezuela. Não se iludam, senhores e senhoras, o nosso Estado é rota de tráfico, sim! Nós temos inúmeros processos criminais aqui em Boa Vista, nós temos inúmeros traficantes condenados que traficavam droga da Venezuela, especialmente cocaína, porque uma das rotas do tráfico é Colômbia, Venezuela e Brasil. Maconha também vem da Guiana Inglesa. Então, a BR 174 é a grande rota de drogas, uma boa parte desta, vai para os Estados no Nordeste, vai para Manaus, passando pelo nosso Estado, outra parte fica aqui na nossa cidade, e é distribuída para o interior de Roraima. Isso é fato comprovado pelas inúmeras condenações de pequenos, médios e grandes traficantes que atuam no nosso Estado, diariamente. Então, se a polícia, com pouquíssimos recursos, consegue, como fez ontem, prender uma quadrilha com seis quilos de cocaína, imaginem os senhores se houvesse mais recursos, recursos decentes de trabalho. Acontece muitas vezes que o policial tem a viatura, mas não tem combustível, ou quando tem os dois, não tem computador para trabalhar. Essa é a nossa realidade, infelizmente. Então, a questão da repressão tem que ser mais trabalhada. A repressão policial tem que ser melhor equipada para melhor investir na inteligência policial, no combate ao tráfico de drogas em alto nível, a questão do crime organizado, priorizando grandes apreensões de grandes traficantes. Lembrando, também, que os pequenos e os médios traficantes são usuários de drogas que trabalham ou fazem bico como avião, como forma de ganhar um pouco de drogas para manter o próprio vício. Então, a repressão é um pilar muito importante no combate ao tráfico de drogas, mas não é o único. Outro pilar muito importante no combate ao tráfico de drogas é a prevenção, e aí ressalto a importância de Audiências públicas e de eventos como este para discutir, para levantar a decisão dessa problemática, e envolver toda a sociedade, todos os setores nessa questão que afeta a todos nós. A prevenção tem que ser feita através de campanhas honestas, pois não adianta falar para um adolescente para que não use drogas, dizendo que faz mal para a saúde e é uma prática muito ruim. Mas, se ele vai lá e prova um cigarro de maconha diz: nossa, não é nada do que me falaram, parece uma experiência agradável, uma experiência boa. Parece, mas o fim é a desgraça e a morte. E são campanhas honestas que precisamos ver no combate ao tráfico e ao uso de drogas, campanha que coloquem a temática com honestidade dizendo: Olha, a situação é essa, assim... explicar, detalhar a realidade como, aliás, o Brasil já é referência mundial em relação a campanhas no combate à AIDS, como os senhores sabem, o Brasil é uma referência internacional na prevenção e em campanhas publicitárias honestas de prevenção à AIDS. Então, quanto ao pilar da repressão, da prevenção e o do tratamento, foi dito aqui com muita propriedade pelo Darkson, até faço minhas as suas palavras, pois achei o depoimento não apenas muito emocionante e entusiástico, mas verdadeiro. Eu vejo isso todos os dias em audiências criminais que tratam de tráfico de drogas, quando, em audiência, o traficante chega na frente do Ministério Público e do Juíz e diz: "Eu sou dependente químico, vendo drogas para manter meu próprio vício, mas eu quero mudar e não sei o que fazer. Eu quero sair dessa vida porque só me traz desgraças, mas não sei como fazer". É aí, Senhores, que entra o terceiro e muito importante pilar, o do tratamento, significa dar dignidade àqueles que estão envolvidos com as drogas. Enquanto, como e faz no Brasil e particularmente no nosso Estado, onde muitas vezes, é um descaso com as entidades que tentam com quase nada de equipamentos, com quase nada de pessoal, com quase nada de dinheiro, mas de forma muito heróica, fazer uma parte ainda que pequena, como frisou o Darkson. Então, vamos olhar para essas entidades com muito carinho, Senhores e Senhoras, essas entidades precisam de estrutura, precisam de dinheiro, precisam de instrumentos, de ferramentas para, legalmente, conduzir as suas atividades de acordo com as imposições das resoluções do Ministério da Saúde e demais resoluções normativas que impõem uma forma de trabalho que deve ser cumprida e, para isso, precisam de apoio dos Senhores Deputados, do Poder Executivo, precisam de apoio da sociedade. Essas entidades precisam melhorar no sentido de profissionalizar as suas atividades não que eles não sejam profissionais, fazem muito com muito pouco. Mas, precisam de apoio e incentivo para poder melhorar a sua prestação de serviço tão importante para a sociedade. Por exemplo, nós temos um déficit de atendimento no Estado com relação às meninas

adolescentes, usuárias de drogas, que precisam de tratamento, por serem vítimas desse problema. Então, Senhores Deputados, população em geral, quero, finalizando a minha fala, lembrar que o combate ao tráfico de drogas é um problema que diz respeito a todos nós, nossos familiares, nossos amigos, nossos vizinhos. Esse problema precisa ser enfrentado por todos nós, não é só um caso de polícia nem só um caso de saúde pública, envolve vários segmentos da nossa sociedade, é preciso investir pesado nas entidades que estão dando dignidade para aqueles que querem sair desse inferno que é o vício do tráfico de drogas. Senhores, por parte do Ministério Público, nós queremos sim que esse debate seja incentivado e que as audiências públicas ocorram em diferentes setores sociais. E mais uma vez parabenizo os Senhores Deputados por essa iniciativa e que outras ocorram. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Joaquim Ruiz) – Obrigado, Dr. André. E passamos a palavra à Dra. Jeane de Andrade Sampaio da Promotoria de Saúde.

A Senhora Representante do Ministério Público Estadual – Promotoria da Saúde (Jeane de Andrade Sampaio Fonseca) – Bom-dia a todos, peço vênia, para falar daqui da mesa mesmo, lembrando que já estamos quase na hora do almoço, assim ganharmos um pouquinho de tempo, prometo ser breve. Inicio saudando a Deputada Aurelina que preside a Mesa, o Deputado Soldado Sampaio que convocou esta audiência pública junto aos seus pares para tratar desse assunto tão relevante; saúdo o Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão de Saúde que tem demonstrando grande interesse e um relevante trabalho nas questões de saúde. Em nome destes três Deputados, gostaria de saudar os demais Deputados aqui presentes e os servidores desta Casa Legislativa. Senhor Secretário de Saúde é uma honra contar com sua presença, nós sabemos que, no enfrentamento às drogas, passa pelo importante estágio, que é o tratamento. Acredito que essa seja a parte que mais angustia não só os dependentes, como seus familiares e a sociedade em geral, embora não seja a única nem a que vai solucionar esse problema tão complexo. Em nome do Senhor, gostaria de saudar os demais secretários aqui presentes, também os servidores do Estado e do Município eventualmente aqui presentes. Gostaria de saudar o meu colega do Ministério Público, Dr. André que tão bem abordou sobre essa questão. Na verdade, a política de drogas é intersetorial, mas, sem o envolvimento dos demais setores, nós não teremos êxito, serão apenas ações isoladas quase heroicas, quase suicidas.

Senhoras e Senhores, eu acredito que tudo que nos aflige com relação à questão das drogas já foi dito aqui, pelos representantes dos mais variados setores da nossa sociedade que atuam diretamente enfrentando essa problemática. É muito animador ver a Assembleia legislativa organizar esta audiência pública para debater a tão preocupante questão, visando munir maiores informações e também instrumentos que venham a ajudar no enfrentamento das drogas, relacionar proposições que ajudem a mudar a nossa realidade. Como eu disse antes, a intersetorialidade é a parte mais importante no enfrentamento as drogas. Nós precisamos desenvolver diversas ações, de diversos atores para que esse enfrentamento ocorra a contento, não basta apenas exigirmos do Poder Público que adote as providências que podem ser cobradas, mas precisamos também do envolvimento não só dos agentes públicos, mas também da família, da sociedade e principalmente do próprio paciente, porque sem a adesão do paciente ao tratamento todos os esforços são inúteis. A complexidade dessa questão é tão grande que nós vemos País afora diversas propostas para o enfrentamento dessa questão. Sinceramente, gostaríamos que houvesse no estado, novas proposições, Dr. Leocádio, porque da forma como estamos enfrentando essa questão hoje, eu vou usar algumas palavras suas preferidas numa conversa informal. Não se sinta ofendido, até porque eu entendo, como membro do Ministério Público, que a responsabilidade não é só sua nem tem o poder de uma varinha de condão resolver e afastar esse problema. Mas, na verdade nós temos que fazer uma mea culpa nessa questão e deixar de dizer que estamos ofertando um serviço X, um serviço Y eficiente. Na verdade esse serviço não pode mais ser tratado de faz de conta, em relação às pessoas que estão enfrentando essa miséria. Como o Senhor falou ainda há pouco, não tem uma palavra que defina essa questão "é uma droga". E é uma droga não só para o dependente químico que não consegue se libertar dela, mas principalmente para quem está perto, e atinge a sociedade porque o temor surge de um ato de violência que possa ser praticado por esse dependente químico é muito grande. Por outro lado, se nós não nos envolvermos diretamente nesse problema eu acredito como já foi dito aqui antes, em alguns anos nós vamos encontrar uma situação muito mais danosa da que atualmente temos. Essa questão passa pela prevenção, mas o que estamos fazendo nas nossas escolas? Tínhamos uma realidade com relação ao tabaco no brasil há alguns anos atrás muito diferente da que temos hoje, ainda hoje temos pessoas que não conseguem largar o cigarro, mas em proporção muito menor do que teríamos se não tivéssemos enfrentado com seriedade desde alguns anos. Então, a política voltada, hoje, para o combate ao fumo é um a política realista, pois o fumo mata, o fumo faz mal, por outro lado, não podemos esquecer que estamos falando aqui de dependência química e nós lembramos imediatamente do crack, da cocaína, da maconha, e esquecemos o álcool. Assistimos à propaganda de álcool diariamente entre os programas de televisão, quando o álcool é a verdadeira porta de entrada para a dependência química, são tantas as famílias, tantas pessoas que enfrentam a terrível gravidade e inafastável da dependência do álcool que as faz perder a dignidade. Quantas crianças do nosso Estado começam a usar o álcool antes de formadas, os médicos aqui presentes podem me ajudar. O cérebro em formação, uma vez danificado não se recupera. É claro que isso não impede a recuperação do dependente químico, mas o indivíduo se torna ele muito mais frágil e a sua recuperação se torna muito mais difícil porque a droga o deixa realmente mais debilitado. O seu organismo tem mais resistência a qualquer tratamento que se possa fazer. Então, a única coisa que o Brasil não conseguiu produzir durante a realização da copa e olimpíadas foi exatamente o consumo de álcool nos estádios, porque a indústria é forte. Diuturnamente vamos as nossas crianças serem atingidas por essa propaganda, e ninguém fala como fala para o cigarro que o álcool faz mal e que pode causar dependência. Depois que essas crianças têm o acesso a essa droga, acabam perdendo o estímulo de estudar e a possibilidade de se formarem, como o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente nos manda que é o princípio da precaução, vamos cuidar das nossas crianças e adolescentes para que se tornem adultos completos, pessoas que possam exercer o seu papel de cidadão na sociedade. Nós temos que agir nas escolas, quantas palestras estamos fazendo? É prevenção, vocês já pararam para pensar no prazer que a droga proporciona quando observamos o dependente químico, é mais fácil ter uma certa repulsa, medo, mas ele é levado às drogas pelo prazer que as drogas proporcionam. E o que estamos fazendo pelas nossas crianças e adolescentes? Está sendo proporcionado um prazer diferenciado para elas para evitar que não entrem para as drogas? Qual é o esporte? Quais são as atividades educativas? Quais são as oportunidades de trabalho que nós estamos ofertando a eles? Não adianta aqui falarmos apenas em serviços de saúde ou internação de dependentes químicos, quem trabalha com isso sabe que só a internação não resolve. O dependente pode ser internado uma, duas, três, quatro, quantas vezes forem necessárias, mas se ele não tiver uma retaguarda, se ele não tiver um local para onde voltar, se ele não tiver uma atividade que lhe proporcione o prazer que a droga lhe proporciona, nós podemos falar em infinitos recursos dispendidos em ações e serviços de saúde, se ter resultado. Nós temos que pensar em políticas intersetoriais e, é preciso que a saúde se organize. Hoje, nós vemos diversas ações e investimentos do Governo Federal, pois, aliás, esse é o momento para se tratar dessa questão porque o Governo Federal abriu os cofres, nós temos recursos que esperam projetos para o enfrentamento dessas questões, inclusive, junto as comunidades terapêuticas. Hoje, já se admite o estado investindo e apoiando os serviços desenvolvidos nas comunidades terapêuticas, o que não pode é simplesmente o Estado colocar a responsabilidade desses serviços somente para as comunidades terapêuticas, não é uma responsabilidade deles, pois fazem o serviço como vocação, como uma dedicação pessoal, como uma meta, uma missão de vida. Mas, só não resolve a questão das drogas e do tratamento do dependente químico. Há necessidade de o Estado assumir a sua função e ajudar os que se propõem a adotar medidas de recuperação do dependente químico, mas existem diversos outros pontos que precisam ser tratados. Na verdade muito se discute no País a questão das comunidades terapêuticas que são muito atacadas, porque muitas vezes funcionam de forma precária,sem recursos, somente com o esforço pessoal dos seus membros. Vontade pessoal não vai resolver o problema da dependência química, sozinha não vai conseguir afastar essa questão. E, em muitas comunidades terapêuticas, essa vontade se baseia no tripé: Deus, trabalho e família, mas muitas delas Brasil afora têm se equivocado em algumas ações, inclusive, promovendo medidas e realizando ações que acabam por depor contra a dignidade do dependente químico como pessoa humana. Então, constata-se, degradação de pacientes que eram internados em manicômios e por isso se adotou a política da desospitalização. Existem alguns lugares

em que há verdadeira agressão moral, física, à pessoa que apresenta esses transtornos decorrentes do consumo abusivo de substâncias químicas. Então, na verdade, há de se apoiar às comunidades terapêuticas. O Ministério Público não se opõe a isso, mas há também que se fiscalizar, pois o Poder Público não pode se omitir do seu papel, que é estar presente, verificar o tratamento que está sendo colocado, verificar o projeto terapêutico individual para aquele determinado paciente, não só com relação ao uso abusivo de drogas, mas os que apresentam transtorno mental. Sem um projeto terapêutico individual, sem um acompanhamento apropriado ao paciente e à sua família, não temos como evoluir. Então, nesse ponto, quero pedir ao Poder Público Estadual, pois é muito triste o Poder Municipal não estar presente na ação que tem que ser integrada entre Estado e Municípios. Sozinho, o Estado não consegue desenvolver bem esse papel. Então, na verdade nós precisamos de uma integração não só entre diversos setores profissionais, mas também entre os poderes públicos para que haja a definição de uma política efetiva de enfrentamento a essa problemática.

Cito um pensamento que eu usei para ilustrar uma ação civil pública, movida há algumas semanas. Também, queria dizer que o Ministério Público, com essa ação civil pública, ele não se propõe ao papel de salvador da pátria e nem de Dom Quixote, ou seja, daquele que vai trazer a solução ao problema, mas é uma inciativa do Ministério Público para que nós possamos enfrentar melhor essa questão. Nessa ação civil pública eu comecei o meu pronunciamento com a frase de Thiago de Melo, extraída do Estatuto do Homem, que, salvo engano, no artigo 6º diz: "Fica decretado que agora vale a verdade, vale a vida e de mãos dadas trabalharemos todos pela vida verdadeira". Senhores, nós precisamos fazer uma leitura do que temos. Imaginar o que queremos para o enfrentamento das drogas, porque só a prevenção não é suficiente, só o tratamento também não recupera o suficiente, precisamos também da repressão. É uma ideia que temos bem firme, bem forte. Precisamos trabalhar esses três conceitos: prevenção,repressão e tratamento, estruturando serviços de saúde não só do Estado, mas do Município, verificando maneiras para que possamos ofertar, não só às nossas crianças e adolescentes, mas às pessoas que lidam com essa problemática, alternativas de trabalho, de lazer, de esporte, que traz uma sensação agradável para o individuo que o pratica. O que é oferecido na nossa capital para esse público? O que temos hoje no Estado de Roraima para esse público nesse ponto? Pensemos nisso. Dizer só que droga é ruim não é suficiente; dizer que droga pode causar deficiência não é o suficiente, precisamos mais de outros recursos. Nessa ação civil pública, o que nós propomos está na 8ª Vara Civil ainda pendente de apreciação do pedido liminar que o Ministério Público fez. Isso não é, como já disse, a solução definitiva até porque nós não estamos propondo só a questão da estruturação do serviço de saúde. Pois, nós precisamos, sim, de outras interfaces quanto ao problema do crack, álcool e outras drogas. Essa ação civil pública não é voltada somente para atenção dos dependentes químicos, mas também aos pacientes de transtorno mental. A estrutura da rede de atenção psicossocial vai atender ou ela se propõe atender tanto os pacientes de transtorno mental, como os pacientes que têm dependência química. Então, o Ministério Público propôs: a estruturação de saúde mental, ofertado no âmbito do território Município de Boa vista, organizando em rede atenção psicossocial, articulada e entregue compreendendo, atenção básica de saúde; atenção psicossocial especializada, atenção de urgência e emergência, atenção de residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégia de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial, tudo voltado à saúde mental; organização dos serviços de atenção básica na saúde mental tendo a unidade básica de saúde assumindo a responsabilidade de desenvolver ação de saúde mental, prevenção e cuidado dos transtornos mentais, ações e redução de danos, de cuidados para pessoas decorrentes de uso de crack, álcool e outras drogas compartilhadas, sempre que necessário com os demais pontos da rede.

Estruturação de equipe de consultório de rua, equipe de apoio aos serviços do componente de atenção residencial de caráter transitório; implantação e implementação de centro de convivência voltado a inclusão social, das pessoas com transtornos mentais e pessoas que fazem uso de crack, álcool e outras drogas, através da construção de espaço de convívio e sustentação das deferências na comunidade e em variados espaços da cidade; implantação e implementação do núcleo de apoio da saúde e da família, que garanta suporte ao manejo e situações relacionadas ao sofrimento pelo transtorno mental e problema relacionado ao uso de crack, álcool e outras drogas; implantação e implementação de centro de atenção psicossocial nas modalidades CAPS-III, CAPS-AD, CAPS-I, voltado para atenção da criança e adolescentes, constituindo nessas modalidades equipes multi profissionais para realizar atendimento às pessoas com transtornos mentais, graves e persistentes, e às pessoas com as necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não intensivo, elaborando para cada paciente projeto terapêutico individual, envolvendo nesse processo a equipe, usuário e a família.

A família, senhores, também precisa de tratamento, não podemos esquecer esse ponto. A família do dependente químico, muitas vezes, desacredita da sua intenção,recuperação. Não podemos esquecer, quando esse paciente sai de um regime de internação voluntária ou involuntária, o ambiente que ele volta, é a sua comunidade que, muitas vezes, o recebe, desacreditando desse paciente, da sua vontade, da persistência, libertação. Não podemos esquecer desse componente.

Implantação e implementação de unidades e recolhimento de adulto e unidade de recolhimento de infanto juvenil com funcionamento de 24 horas em ambiente residencial para pessoas com necessidades de tratamento, devido ao uso do crack, álcool e outras drogas que apresentem acentuada vulnerabilidade social ou familiar, demanda acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitória.

Implantação e implementação de serviço hospitalar de referência atenção às pessoas com sofrimento e transtorno mental e com necessidade decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas, e enfermarias especializadas que ofereçam tratamento hospitalar para caso relacionado a essas questões.

Hoje, nós temos serviços no hospital geral, e a política de saúde preconiza que esses atendimentos sejam feitos em hospitais gerais, mas nós não temos serviços específicos no hospital geral para esses pacientes, nós precisamos aprimorar esses serviços, precisamos direcionar... no âmbito do Estado de Roraima. Organização do Serviço de Assistência Farmacêutica para, realmente, evitar a falta de medicamentos porque sem medicamentos, Senhores, o tratamento fica totalmente inviável.

Cadastramento dos usuários – Realização de um censo destinado ao levantamento dos transtornos mentais prevalentes no município de Boa Vista e cadastramento dos usuários de serviços de saúde mental em seu território. Como instituição, o que eu reputo mais importante é uma câmara técnica formada por profissionais da área de saúde mental do Estado de Roraima e do município de Boa Vista para acompanhar o cumprimento e a efetivação da tutela antecipada, ora pleiteada, encaminhando relatórios mensais aos juízos da 8ª Vara Cível para que se promova a interação entre os serviços e os profissionais de saúde mental do Estado e do município de Boa Vista, para que ocorra essa articulação, integração, sistematização e eficiência do serviço, com vistas à melhoria da atenção em saúde mental no âmbito da capital roraimense. Na verdade, a gente entende tudo isso como um start. Nós pedimos que fosse dado um prazo, tanto ao município de Boa Vista como ao Estado de Roraima de 12 meses para implementar essas medidas. Essa ação ainda tramita na 8ª Vara Cível, mas independentemente de decisão judicial, nada impede que o Estado de Roraima e o município de Boa Vista comece um diálogo para verificar a maneira para poder estar viabilizando uma melhor atenção, tanto aos pacientes com transtornos mentais, como também aos pacientes que são dependentes químicos. Na verdade, eu entendo que todos devem estar envolvidos nessa questão: o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, Secretaria de Saúde; Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social; Secretaria de Educação. Os serviços que se propõem a tratar e a enfrentar esse problema; os Conselhos de Classe; os Sindicatos; as Entidades; que, sem uma integração, sem um diálogo inter setorial, não será possível avançar nessa questão. Muito obrigada.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Registramos a presença do Doutor Jorge Fraxe, Presidente da OAB, que se faz presente. Antes das perguntas, vamos franquear a palavra aos Deputados, começando com o Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Quero cumprimentar todas as autoridades da Mesa, Secretários de Estado. Em nome do doutor Leocádio, Doutora Fernanda, General Monteiro, saúdo o Ministério Público e as demais autoridades e lideranças, grupos que se empenham neste assunto que estamos tratando. Mas quero falar um pouco de uma relação que considero ser mais importante que a relação causa e efeito. Se nós nos atermos ao tratamento do dependente químico, é certo que nós conseguiremos atender um número maior. Mas a luta continuará em vão, porque enquanto isso pode crescer em

proporção aritmética. A causa do traficante, do repassador dessa droga vai crescer em proporções geométricas, simplesmente porque a questão da dependência química, em Roraima, e da droga não é nova. Sempre gosto de relatar fato ocorrido durante o meu 1° mandato, quando se trata de discutir esse assunto. É para que fique claro, muitas vezes, não é só as autoridades, a própria sociedade, quando alguns segmentos importantes têm um comportamento permissivo e acaba se acomodando, e não fazendo eco naquilo que se quer defender a nível de um parlamento. Se não me falha a memória, no segundo semestre de 1999 instalava-se no Congresso Nacional uma CPI para aprofundar suas tentativas de identificar, denunciar a nação. O que estava causando ao país, não era o tráfico, mas a droga em si. E foi feito um apelo para que as Assembleias legislativas do Estado circundasse aquela ação, criando a sua Comissão Parlamentar de Inquérito. E no meu primeiro mandato eu tomei a iniciativa, e até acredito que, em um primeiro momento, cheguei a convencer meus colegas sobre a importância daquilo, consegui as assinaturas mínimas. Mas como naquela época funcionava aqui no plenarinho e tinha pouca condição. Dos 24 Deputados, apenas um formado em direito. Eu entendi que nós tínhamos ainda muito pouca condição de, com as forças da Assembleia, conduzir uma CPI daquela envergadura. E fui ao então superintendente da Polícia Federal aqui no Estado, hoje, é o nosso secretário de segurança, ao qual, eu quero render uma homenagem pública. E fiz para ele a seguinte pergunta: O Senhor acha importante essa CPI? Ele me respondeu que era da maior importância. Tem filhos de rico envolvido no tráfico, se tiver o apoio da Assembleia eu vou poder tomar medidas mais enérgicas. Eu fiz a segunda a pergunta: Se instalarmos então, nós poderíamos contar com o apoio da Polícia Federal? E contei a precariedade da Assembleia para conduzir aquela comissão. Ele disse: total e restrito, principalmente em recursos humanos qualificados. E a resposta foi positiva. Ocorre que ele já estava transferido. E aí quando se travou o debate aqui na Assembleia, que durou dois ou três meses, quando fomos ouvir autoridades da Polícia Federal na época. Eu não vou citar o nome, pois não me lembro. Às vezes, é bom nem lembrar. Convocamos o assessor dele para vir a esta Casa. Ele compareceu e disse que não havia necessidade de CPI, pois a Polícia Federal tinha total e absoluto controle do tráfico de drogas no Estado. Eu e meus colegas recebíamos ameaças, eu recebi muitas ameaças anônimas, achamos por bem, por maioria, que seria imprópria a instalação da CPI naquele momento, e ela não saiu. Treze anos se passaram, e o problema continua se agravando cada vez mais. Naquele tempo já havia provas concretas contra um traficante famoso, cujo nome não vou revelar, parece que era natural de Goiás. Tinha vivido aqui em Roraima e praticou intensamente esse tráfico. Roraima já era rota naquele tempo, envolvendo Guiana, Venezuela. E continua sendo, cada vez mais. Mais tarde um avião pousou aqui quase num bairro de Boa Vista, foi preso com dinheiro, drogas, mas o cidadão escapou incólume, ninguém sabe, ninguém viu até hoje quem era. E aí eu digo, a nossa sociedade, quando a gente quer mobilizá-la ela silencia no momento que mais precisaria se manifestar.

Então, a nossa audiência pública estaria completa, se não fossem as causas. Não vai adiantar cada um fazer um propósito e fizermos o melhor trabalho possível. É claro que nós devemos fazer a nossa parte. Chama muito a minha atenção aquilo que falou o Darkson e o doutor André. Concordamos que existe rota, isso já consolidado no estado, se ampliando cada vez mais. Se nós não tomarmos uma posição, não vai bastar só o Estado, enquanto Estado de Roraima. É preciso que as autoridades federais também ajam, liderando essa parte do controle ao tráfico. Nós temos milhares de fronteiras praticamente guarnecidas. Temos duas portas de entradas importantes com dois países. E um avião chega aqui e aterriza com a maior facilidade em muitos recantos e saem incólume daqui de novo deixando o produto.

Então, minha gente, o apelo que eu queria deixar é que não devemos encerrar esse assunto apenas nesta audiência pública. Que pudesse ter um evento mais amplo. Seria bom que estivessem aqui o nosso Secretário de Segurança, o Superintendente da Polícia Federal. A Secretária de Educação, também, deveria estar aqui, porque é no meio escolar que surge a iniciação do traficante agindo sobre aqueles jovens. É lá que a coisa começa. Então, por tudo isso, eu queria fazer, como pai, como avô, essas colocações. É preciso que a sociedade faça a sua parte, se mobilize. Que ela protesta, quando defende os interesses de uma classe. Devemos defender o todo e não uma parte. Nossa sociedade está sendo carcomida por esse vírus, que é a dependência química, principalmente a originária da droga.

Eram essas as minhas considerações.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, peço permissão para cumprimentá-los em nome do Darkson e da Doutora Jeanne e dizer a vocês que hoje é um dia triste para mim e aqui quero de forma pública e como parlamentar pedir desculpa a todos vocês pela minha omissão. A minha omissão individual, me refiro eu, porque o Doutor André falou há pouco dos três pilares, importantes no enfrentamento da causa tão delicada, através da prevenção, repressão e o tratamento. Da mesma forma, doutor Leocádio, tenho dito aqui que o parlamento, seja ele em qualquer parte, diria, do planeta, tem três pilares nobre de sustentação: elaborar leis que seja do interesse do conjunto da sociedade, fiscalizar os outros poderes e representar o conjunto da sociedade. Não sei se o nosso parlamento tem feito o seu papel como deveria fazer.

O Depoimento do Deputado Erci faz com que a gente se preocupe em trazer para o nosso peito a dor da mãe, mas será que nós temos a sensibilidade de sentir a dor se não temos ninguém da nossa família como vítima, isto é, sentir realmente o que uma mãe sente. O homem moderno é capaz de medir o PIB mundial que é o produto interno bruto do planeta que soma alguns quatrilhões de dólares, mas ele não é capaz de medir a dor pela lágrima viva de uma mãe quando perde o filho. Não é? Infelizmente, o homem não é capaz de medir isso.

Então, eu estou aqui desabafando também, e peço a todos meus pares desculpa por isso. Mas, quero dizer que na elaboração do orçamento que talvez seja das leis mais importantes que o parlamento discute para o exercício de 2013. Eu, particularmente falando, coloquei um milhão para Universidade estadual de Roraima para comprar livros para o seu acervo bibliográfico. Aqui na antiga escola o Pescador tem um grupo de Professores que estão tentando descobrir talentos nas escolas da rede pública, que às vezes se perdem, porque não dão a eles a oportunidade. Coloquei 200 mil para valorizar essas boas cabeças, mas me comprometo com os Senhores que, em 2014, vou colocar parte da minha emenda como Deputado Estadual, exclusivamente para o enfrentamento da questão das drogas.

Sei, Doutora Jeanne, que o dinheiro por si só não vai resolver, mas acho que a gente tem que pensar na filosofia do beija-flor que, ao ver o incêndio devorando a floresta, pega a gota d'água e tenta dar sua contribuição no combate ao incêndio. Se todos os beija-flores da floresta fizessem assim, se transformaria numa chuva, e combateria o incêndio. Acho sem nenhuma intenção de apontar dedo para alguém, sem nenhum questionamento a respeito se estão ou não desempenhando o papel como deve ser. É uma causa séria, hoje, e será uma causa muito mais séria amanhã. Pelo depoimento do Darkson, é possível que hoje não tenhamos vítima na nossa família, mas amanhã poderá ter um neto, um sobrinho, ou qualquer outra pessoa próxima da gente.

Portanto, peço desculpas, e também acho que a causa deve ser abraçada por todos a partir dessa Audiência Pública. Concordo com o Deputado Erci também que deva ser mais elástica, mas entender isso como problema nosso, mas essa Assembleia pode fazer sim, e muito, desde que tenha decisão política, determinação e o propósito de fazê-lo. Eu sei que as palavras, às vezes, se perdem no tempo, se vão, mas temos que trazer para o nosso interior e dizer, que vou fazer um pouco, eu vou dar a minha parcela de contribuição, se todos nós pensarmos enquanto coletividade, vamos encontrar um caminho para o enfrentamento dessa causa que aflige a todos nós, tantas famílias destruídas por esse mal que entristece bastante m todos os lares atingidos.

Portanto, parabéns à Assembleia por esta iniciativa. Parabéns aos expositores e vamos encarar isso como responsabilidade de cada um de nós. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidente, peço permissão para cumprimentar a Mesa em nome do doutor Leocádio, do General Eliezer, Secretário de Segurança. A minha colaboração frente ao problema das drogas, que diz respeito a todos nós. Problema de droga é problema de Estado, Município e União, é a união em relação aos problemas nas fronteiras, o Estado e o município com seus problemas. Prestei muita atenção na fala do Promotor, que os municípios deste Estado, principalmente na região sul são abastecidos de drogas, infelizmente eu conheço aquela situação há mais de trinta anos , são problemas que nós temos que chamar para nós a responsabilidade. Quando eu digo nós, significa sociedade. Venho, Doutor Leocádio, de uma região tao pobre no Pará, tive convivência com drogas no Amazonas quando lá cheguei, estudava num colégio chamada Estelita Tapajós onde haveria fluxo muito grande de drogas,

um colega meu que só ia fazer prova, sentava ao meu lado e já chegava drogado, costumava colar e os professores tinham medo dele. Enquanto pai, hoje eu sinto na pele o que eu passei naqueles anos, final dos anos 70 e 80. Tive a felicidade de não entrar por esse caminho, mas tenho amigos, filhos de amigos aqui no Estado que infelizmente, como diz velho maranhense, enveredado para esse destino. Isso é triste, ruim. Então, entre os problemas sociais acredito que o maior são as das drogas. Quanto à região sul, conforme vi, por exemplo, pegam uma menina bonita, trazem do Caroebe para as periferias de Boa Vista, vem para estudar, não encontram nenhum programa social de estado para amparar essas pessoas, não tem a oportunidade de trabalho, de vida. Essas crianças, esses jovens, como nós fomos, têm necessidades de se divertir, de ir à festa, não têm poder aquisitivo para isso. Muitos se prostituem, vão para a droga. Quando ele está drogado, digo porque já tomei, quando era jovens, eu tomava cerveja, cachaça, então quando se está fora de si, estando de calça jeans, se sente como se estivesse de paletó e gravata, não tem nenhum problema, é assim o drogado. Se ele estiver mal vestido, mesmo assim entra numa festa, não está nem aí, como diz o ditado popular. Então, o Estado quando eu digo Estado, União e o Município, eles têm que ter a responsabilidade de cuidar dessas famílias, de criar oportunidade de trabalho para esses pais, para que não enfrentem um dos piores enfrentamentos, quando uma família tem um filho dependente, drogado, cuja recuperação se torna muito difícil, mas não impossível.

Agradecer a cada um de vocês que vieram, representando os órgãos públicos do Estado, para esta primeira reunião. O Deputado Sampaio está de parabéns por esta iniciativa e vamos juntos, dar as mãos, nos unir com as igrejas, com a sociedade para enfrentar esse mal que tanto afeta a nossa sociedade. Obrigado, e bom-dia.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Peço atentarmos ao tempo, tem o espaço para perguntas do público que deverão ser respondidas.

A Senhora deputado Ângela Àguida Portella - Obrigada, Deputada Aurelina, cumprimento a Mesa, todas as autoridades, em nome da Deputada Aurelina, Doutora Jeanne e Doutora Fernanda. Após ouvir tantos pronunciamentos, tenho a impressão que a dimensão desse assunto é tão vasto, e tudo que a gente falar é tão pequeno diante disso tudo. Mas, como professora e vocação de formação desde os meus 15 anos de idade, considero que as pessoas mais afetadas por toda essa situação são as crianças e adolescentes, que é um círculo, que adoece toda sociedade. Nossa sociedade está doente por conta dessa situação. Tenho visitado alguns conselhos tutelares no interior que fazem muitos relatos, inclusive, casos de suicídios entre crianças e adolescentes, que nos deixam mais estarrecidos. Os suicídios e tentativas, provavelmente, são por conta dessas questões, viram círculo, aí causa a desagregação familiar, adoece a família inteira, às vezes, por conta disso, o jovem busca essa alternativa. Fazemos parte de uma sociedade, entendemos que não é possível estar bem se a sociedade está doente. Tem que haver realmente que se propor ações a quatro mãos para que a gente saia dessa situação atual doentia para uma ideal, não só no sentido de repressão, mas principalmente no sentido de prevenção, de acolhimento. Ainda acredito em trabalhar não só a escola, a educação, mas também trabalhar a família, e aí eu entro em contato com uma associação nacional, que é a escola de pais. Estou propondo a vinda da escola para cá, e já deixo o convite para todos, para que possamos estabelecer essa interferência no sentido de chamar os pais para vivenciar mais de perto a vida dos filhos e não é uma situação de má vontade, é uma situação instalada, uma vez por conta do trabalho, outra por conta dos problemas familiares, às vezes, temos que nos dar ao trabalho de puxarmos as nossas orelhas. Acho que o primeiro passo bem corajoso é trazer esse assunto à tona, por mais dolorido que seja. Agora, não permitir que isso fique apenas no campo das ideias. Então, desde já eu me coloco à disposição para que possamos buscar, se não houver uma solução, pelo menos será uma forma de vivenciarmos essa situação com um maior controle. Parabenizo o Deputado Joaquim por todas as vezes que ele se colocou de forma corajosa e transparente inserido nesse problema, e por isso essa grande preocupação, como disse o Deputado Flamarion, a gente não percebe a dimensão quando não vivencia, mas até quando a gente não vai vivenciar! Hoje é com você, e amanhã? Só estou colocando a título de reflexão, mas quero ver essa situação diferente e desde já me coloco à disposição de todos. Muito obrigada!

O Senhor Deputado Brito Bezerra – senhora Presidente, peço permissão da Mesa para cumprimentar as autoridades femininas em nome da Doutora Jeane Andrade; e todas autoridades masculinas da Mesa em nome do Secretário de Saúde, Doutor Leocádio. Parabenizo o Líder da oposição, Deputado Sampaio, pela valorosa atitude, ao destacar este assunto tão preocupante para debate. Há pouco, falava com o Deputado Flamarion Portela, que até se emocionou com a sua colocação, e observou que por vezes eu simplifico as coisas. O assunto é realmente amplo e complexo, mas nós podemos resumir na questão da prevenção e da remediação, primeiro se previne e em outra oportunidade você remedia. Como prevenir? A prevenção parte de um trabalho importante e essencial, é o trabalho feito com a família. Fui criado dentro de uma casa de pais pobres, depois separados, por que se coloca muito a culpa no fato da separação, de família que desagregam, é quando os filhos tendem a seguir caminhos que não do bem.

A família é muito importante, é essencial, por isso é importante o acompanhamento da família para que os filhos não tenham a primeira oportunidade de usar essa tão condenada droga. Como disse a Doutora Jeane, a droga parece ser algo deslumbrante para que as pessoas chegam a ponto de empenhar as suas vidas, estarem alheios a todos outros valores da família para usar algo que é repreendido e nocivo.

Outro ponto muito importante é a repressão. Também a Doutora Jeane falou, que é a repressão, na maneira de enfrentar, faz-se uma política de enfrentamento forte e decidida, olho por olho e dente por dente. Não adianta um traficante usar um fuzil R15, enquanto o policial com um revolver canela seca na cintura e mal remunerado, enfim, tem que ter as condições de enfrentar, temos que ter política forte de enfrentamento, para que o traficante e até o que produz, aqui, embora no nosso Estado provavelmente não produz, mas entra muita droga aqui. Temos três barreiras, tudo bem, entra de avião, mas nós temos o projeto SIVAM, a Polícia Federal, enfim, temos mecanismos de trabalhar para que essas drogas não entrem no nosso Estado, evitar que se torne um Rio de Janeiro, se não tiver a droga não tem o consumo, mas ela está entrando e o consumo está acontecendo. Então, tem que ter a repressão nesse sentido. A outra questão é a das políticas públicas, todos colocaram a educação como fator importante. Nesse trabalho deve haver a participação da Secretaria de Educação; A saúde, porque é um problema de saúde pública, enfim, é a questão da prevenção, e a medicação é para aqueles que não fizeram uso desse produto. Agora, é tratar. Qual é a minha sugestão? É que seja colocado neste orçamento. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Coronel Chagas – a saúde é dever do Estado e direito de todos, mas também responsabilidade de todos, assim também é com a segurança. Mas, a gente vê as dificuldades dos órgãos policiais, às vezes, é muito difícil conseguir uma simples testemunha de acidente de trânsito. Em acidente de trânsito, sem vítimas fatais, quando nós questionamos, ninguém viu! ninguém sabe! Então, olhem as dificuldades para se fazer a LIDE, visando dar solução para aquele problema. Imaginem na questão da droga, às vezes, a pessoa está vendo na casa, ao lado uma grande movimentação, o que não justifica, um entra e sai de carros, tem tudo para ser um ponto de distribuição de drogas, mas ele não informa para a polícia com medo de se comprometer, ter que ir testemunhar. Este é um problema, o cidadão vê que ele tem direito, mas se esquece da responsabilidade, isso se aplica não só a situação da segurança, mas a questão da saúde pública também. Eu acho que está mais do que comprovado que Roraima é um corredor de drogas, que muito do que transita por aqui é deixado também, vem da Venezuela e de outras fronteiras, é uma luta que temos para enfrentar, temos que fortalecer os órgãos de Segurança Pública, temos que fortalecer os programas existentes. Temos o PROEG da Polícia Militar, que já atingiu mais de 50 mil crianças no nosso Estado, através das escolas, a PM tem parceria com a SETRABES e com a Secretaria de Educação. A Polícia Civil tem outro programa semelhante, executado pelo departamento de cidadania. São ações dessa natureza que precisam ser fortalecidas, e tem outras ações.

No bairro Caetano Filho, conhecido por Beiral, como é de conhecimento de todos, há vários pontos de venda de droga. Quando a polícia bate lá é fácil se esconder pelos casebres, entra numa, já sai em outra casa, pelos igarapés, assim conseguem fugir da batida policial. Quando eu fui Secretário de Justiça, fomos até o Conselho Antedrogas para fazermos um Projeto, onde acabei passando pouco tempo, e depois não foi adiante. Para acontecer como foi feito em Manaus com o programa do PROSAMIM, que é o Programa de Saneamento de Igarapés e Mananciais de Manaus, através de financiamento do BIRDS, todas áreas parecidas com o Beiral, próximas a rios e igarapés, com casebres que facilitavam o tráfico de drogas, esses casebres foram

substituídos por habitações dignas para pessoas morar. E, aqui, é tão pequeno, dá para fazer um programa bonito com relação a isso.

Um outro programa é com relação às nossas detentas, mais de 95%, se não me engano, estão lá por tráfico de drogas, é o Estado que tem mais de 50% dos homens detentos também por tráfico de drogas. É preciso fortalecer os nossos órgãos de segurança pública, fortalecer o PROEGE, também as entidades, que fazem a recuperação de dependentes químicos, mas nenhum órgão dá atenção a isso. Então, são os pontos que trouxe para discussão, e dizer que esse problema não é só da polícia, mas de toda a sociedade, envolver o Governo do Estado, Prefeitura e o Governo Federal. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Diante de tudo que foi dito, eu gostaria de me solidarizar com a ideia do Brito, acho que é pouco tempo, pois precisamos de um seminário de 2, 3 dias para envolvermos todos. Aqui, todos disseram qual é a causa, qual é a solução, como fazer, mas nós precisamos colocar isso em prática. Temos que colocar em prática, cada um de nós olhar para dentro de sua família, considerando que o fator primordial está na família, educação, na formação. Então, sugiro para, depois desta Audiência Pública, combinarmos com o Presidente e com os demais Deputados, marcarmos não para 6 meses...pelo que vimos aqui é urgente. O Deputado Erci colocou aqui uma ideia de 13 anos atrás, e cada dia que se passa é um dia que perdemos, é um dia que o traficante ganha. Tinha como meu ídolo, como pessoa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas, quando ele se pronunciou favorável à descriminação da maconha no Brasil, foi como derrubasse um balde de água fria na minha cabeça. Conforme a grande maioria de vocês, se posicionou sobre a maconha que pode até não ter o efeito todo, mas é a porta de entrada, como é o álcool. Acontece muitas vezes, como pais, vimos os nossos filhos pegarem um copo de cerveja, às vezes até menores de idade, bebendo do lado da gente, e até achamos bonito, não sabemos que podemos estar abrindo a primeira porta para um caminho sem volta. Por isso, quero sugerir, Senhora Presidenta da Casa, da Deputa Aurelina, colocar em prática força da união nessa questão, não só os Deputados, também os representantes do Estado, aqui, presentes, temos também os representantes da Sociedade Civil Organizada, temos representantes da Justiça, a minha colega de longos anos de acompanhamento, a Doutora Jeane, batalhadora nessa questão, desde que eu estou aqui como Deputado, ela como Promotora da Infância, está sempre lutando em prol das crianças. Recordo-me, quando ela desenvolveu uma ação com as crianças de ruas... Enfim, sugiro firmarmos a união com relação a isso, e já marcar um Seminário de 2, 3 dias para tirarmos sugestões para soluções concretas e colocá-las em prática, envolvendo não só a capital, também os Municípios do interior, no combate à droga que é algo avassalador. Comentava há pouco que você chega no Trairão, na Vila Nova, embora pequena, se vê garotos usando drogas, antigamente só víamos nas grandes cidades. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quase todos têm filhos, até a Fernanda, que é a mais nova, já é mãe. Eu não vou sugerir nada nem dar explicação. Quero pegar o final do depoimento emocionante do Deputado Flamarion sobre a dor de uma mãe, e deixá-lo para reflexão de quem é pai e mãe.

Na semana passada, minha ex esposa teve que viajar para Manaus com o nosso filho que ficou 3 dias jogado, um rapaz de 1,75 m, pesando 39 quilos, já não conseguia nem andar, e teve que ser internado em um hospital. Estava há 3 dias sem comer e sem beber, e uma pessoa viu e o socorreu, e salvou sua vida. Deixo como reflexão para que possamos fazer um seminário aqui.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Nós não tínhamos dimensão, a grandiosidade da problemática causada pelas drogas, fico feliz por ter dado o pontapé inicial, Vossa Excelência foi um dos que mais me motivou a preparar o Requerimento, inclusive assinamos juntos esse documento para realização desta Audiência Pública. Acredito que assim como a liderança do Governo, a liderança da oposição, ou seja, as duas bancadas não veem nenhum impedimento com a realização do seminário, a Mesa Diretora com certeza vai tomar as devidas providências para que esse seminário se realize e ouvir os demais segmentos que não foram contemplados neste momento.

A título de contribuição, Deputada Aurelina, tenho esboço de um projeto, e quero pedir ajuda desde já do Secretário de Saúde, do Ministério Público, do Secretário da SEJUC, que já se colocou à disposição para dar uma melhorada, criando um sistema estadual antidrogas e fomentar, através de lei, a efetiva participação dos Municípios. Está aqui o esforço para que possamos criar uma norma estadual, regulamentando de uma vez por todas esse sistema. É claro que a realização do seminário vai acontecer de fato, mas, como foi colocado aqui pelas comunidades terapêuticas, há necessidade de desenvolver ações efetivas não só para o orçamento de 2014, mas já neste orçamento para tentar ajudar essas comunidades terapêuticas que desenvolvem algumas ações. É preciso considerar, existem servidoras a serem pagas, tem alimentação, tem luz. Então, precisamos discutir, combinar formas para atender as comunidades carentes. Sem sombra de dúvida, Promotora, cabe ao Ministério Público reforçar, acelerar essas ações civis públicas, buscando essas liminares que já foram impetradas com essas ações que a senhora falou há pouco, para que o Governo do Estado e os Governos Municipais cumpram com o seu dever.

A Assembleia tem um grande dever como bem falou o Deputado Brito, enquanto Parlamentares, temos as nossas emendas e podemos alocar. Mas, a maior fatia do bolo fica dentro do Executivo, nós podemos, junto com o Executivo e com as Secretarias envolvidas nessa questão, discutir o orçamento 2014, com bem mais profundidade, direcionado às políticas públicas de combate às drogas. Deputado Joaquim, entendo a sua dor, assim como a do Deputado Coronel Chagas. Fui por muito tempo operador da Segurança Pública, quando atendemos várias ocorrências, lembro muito bem de uma em que estava comandando a viatura. Deputada Aurelina, a ocorrência referia-se a um filho que tinha esfaqueado o pai. Mesmo com todo o preparo policial, você não admite que isso aconteça, então, fomos atender a ocorrência, e realmente encontramos o pai esfaqueado numa cadeira de rodas, e o filho que o esfaqueou no canto da casa, chorando com a faca na mão, todo ensanguentado e constatamos que era um dependente químico, pedindo socorro. É uma situação complicada, fica sem saber o que fazer naquele momento. Então, esse é o sentimento da autoridade policial, da família. É preciso que isso seja enfrentado de fato. Espero que esta audiência tenha contribuído e possamos sair daqui com algo concreto. Peço ao Secretário que se reúna com essas entidades e faça um grande convênio para que possamos pelo menos dar início às políticas que foram desenvolvidas aqui. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Eu vou fazer algumas considerações e dizer que esta casa, atendendo a solicitação de todos e a necessidade que se percebeu aqui, nós vamos marcar a data do Seminário para uma discussão mais abrangente. Eu quero dizer que a Casa de Acolhimento a ser inaugurada foi fruto de recursos de emenda Parlamentar desta Casa, inclusive, do Deputado Laia. É motivo de preocupação para nós, a questão da expectativa de emenda, porque é preciso que as instituições estejam regularizadas para poderem receber emendas. Acontece, às vezes, quando chega na hora do orçamento, não temos como fazer, porque tem um trâmite e há exigências de lei que precisam ser obedecidas para que a possamos fazer as emendas.

A gente vai falar o quê? Depois de tudo que foi dito aqui. Eu vou, Darkson, enfatizar que você quer sair daqui com respostas e soluções para o seu problema. Isso nos deixa pensando de como iremos fazer isso? Ouvi o Valdenilton dizer que o tratamento vai além das comunidades terapêuticas, que é uma covardia devolver uma pessoa tratada ao mesmo ambiente que gerou problema. O coordenador da Casa PAI que enfatizou a questão familiar no envolvimento, quanto à questão do Rafael, já conhecemos a sua luta da Fazenda Esperança; também a Secretaria de Segurança e todos que falaram aqui. Mas há uma situação que me preocupa muito, é que costumamos colocar Roraima numa redoma de vidro hermeticamente fechada, nada pode chegar aqui. Roraima faz parte do mundo, asfalto, avião, toda hora gente de fora... O desenvolvimento traz isso. É a contrapartida negativa do desenvolvimento. É o criminoso de lá que vem se esconder aqui. Quando não ainda tinha asfalto, a passagem de avião por noventa reais era mais difícil chegar aqui, mas esse é o preço do desenvolvimento. Agora, as drogas que vão para o Rio de Janeiro passam pelas nossas fronteiras. Então, a questão é muito mais ampla do que os recursos do Governo do Estado para pagar um servidor. É muito mais ampla do que tratar uma pessoa, enfim daqui a pouco vamos ter cem mil casas de acolhimento, e não vai dar para acolher a quantidade de pessoas que tem por aí. É uma questão que envolve a União que fiscalize as nossas fronteiras, é o Estado, é o Município. São as nossas leis que muitas vezes são falhas. Muitas vezes até são permissivas.

Eu ouvi o relato do Secretário de Segurança, pois os pais jogam os problemas na Fazenda Esperança e quem quiser que tome conta. Alguém perguntou, aqui, cadê a família? Então, é uma questão complicada, abrangente, urgente,e muito importante, mas tem versões

que escapam, não é só como o Darkson diz: eu quero uma solução. Então a gente fica impotente, para buscar caminhos, a solução é pra todos, executivo, judiciário, legislativo, união. A gente tem conhecimento das ramificações, as origens do tráfico de drogas, onde busca. E não só a nós compete a dar o jeito, são fronteiras abertas que temos aí, é um convite para o tráfico e contrabando. Vamos, pois marcar um seminário para abrir uma ampla discussão.

Vamos iniciar o espaço às perguntas, na mesma linha: em bloco, começando com o Doutor Leocádio. Um funcionário do CAPS pergunta: Senhor Secretário, o senhor sabia que o CAPS não dispõe carro para visitas domiciliares? Queremos saber de que forma está funcionando o CAPS no município do Bonfim, onde o número de usuários é muito grande, até porque existe uma facilidade maior. Agora mesmo aconteceu um crime bárbaro por conta do uso abusivo de drogas: rapaz levou uma motocicleta para trocar por droga, e acabou morrendo. A pergunta envolve o CAPS nas duas questões. Eles perguntam para o Senhor e Doutora Fernanda.

Outra pergunta. O Senhor acredita que esses onze leitos do HGR é o ideal para demanda de hoje? É que para segurança pública tem verba, para asfaltamento, criação de escolas, milhões e milhões de dinheiro, e por que para droga, uma realidade tão dura, não vimos ajudas? Os órgãos competentes que visam ajudar as famílias e os dependentes químicos, querem tratamento. Precisamos de ajuda. O que fazer para recuperação? A secretaria tem um local para atender os pacientes químicos? Falta de cultura e falta sair do papel, mais ação e ocupação para os jovens e estudantes, deficiência nas escolas, muita violência, por causa da dependência.

São essas perguntas que fazemos em bloco, porque estão em torno da mesma questão.

O Senhor Doutor Leocádio Vasconcelos - Secretário de Saúde. Inicialmente, quanto à questão do CAPS, referente ao transporte, eu confesso que não tenho condições de afirmar se tem somente um carro para atender o CAPS. Durante estes dois anos que estou na secretaria o que comprei de carro! agora o que estou orientando, esta questão de ficar um carro só para uma unidade, e são inúmeras unidades, você fica com o carro sub utilizados muitas vezes. Então, tenho determinado que fiquem "N" carros na coordenação administrativa no departamento de transporte para servir a todas as unidades que precisam. Algumas têm carro específico, exemplo, oncologia, que tem uma demanda grande, não quero dizer que o CAPAS não tenha demanda grande, mas se houver consenso de que haja necessidade e não tem.

Com relação aos leitos, nós temos onze leitos no HGR, concordo que hoje seja pouco, pois vive permanentemente lotados. O HGR está pequeno para a população roraimense. O Governador já destinou 40 milhões de reais para ampliação do HGR como um todo, o projeto já está sendo elaborado: quantidade de leitos, internamento de UTIs, centro cirúrgico. Na proporção que aumentar o HGR como um todo, na proporção que concluirmos o Pintolândia, Hospital das Clinicas, nós vamos ter um espaço maior, número de leitos maior, para atender psiquiatria. E com relação aos municípios, eu pediria pra nossa diretora informar como está funcionando ciclo do interior.

A Senhora Diretora Lidiane- Com relação ao carro, secretário, o senhor autorizou compra de carro no mês passado específico para saúde mental. Então, o processo foi aberto e está tramitando. Hoje a gente disponibilizou um carro para ir três vezes na semana para serviço, que as visitas não deixam de acontecer, não só a buscativo, mas o acompanhamento domiciliar.

Com relação aos leitos, nós realmente estamos habilitando onze leitos no HGR, mais com a qualidade de acolhimento. E dos oito leitos do CAPS-AD3, vamos passar para mais de 30 leitos de acolhimentos desses usuários. O CAPS-AD3 vai poder acolher até por 14 dias, e não 72 horas, como foi equivocadamente falado. Com relação aos CAPS dos interiores, todos estão funcionando, visitei na semana passada todos os cinco municípios: Bonfim, Pacaraima, Rorainópolis, Caracaraí e Alto Alegre, onde houve diminuição da oferta, porque com essa mudança de gestão com a troca dos Prefeitos, houve uma mudança da equipe, que, realmente, dificultou um pouco a oferta desse cuidado, mas já estão todos funcionando plenamente, com psiquiatra, psicólogo, assistente social, educador físico, artesão, enfim, equipe completa.

A Senhora Fernanda Rizzo (Secretária do Bem-Estar Social. Com relação à assistência, nós enquanto, Estado, temos acompanhados os 15 municípios, tanto no centro de referência de assistência social, como nos CREAS. Temos 23 CRAIS e dentro desses CRAIS existem os programas que são acompanhados com bolsa família, PET, PROJOVEM, executados, através de repasse do governo federal, e nós acompanhamos e monitoramos todos esses 23 CRAIS e 06 CREAS que existem no Estado. E, a partir deste semestre, o Estado vai repassar o co-financiamento estadual para que a política seja ampliada. Com relação à pergunta que falta cultura nas escolas, eu vou estar em contato com a Professora Lenir, o PROED é um programa eficaz, que é realizado nas escolas em parceria com a PM, para que leva cultura, música. E, agora, com a Secretaria de Cultura que foi implantada pelo Estado, acredito que também pode realizar um trabalho maior com os jovens dentro das escolas.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Passo a palavra ao Senhor Secretário de Justiça e Cidadania, Dr. Eliéser Monteiro.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania (Eliéser Monteiro) - Muito obrigado pela oportunidade. Existe um plano nacional de fronteiras, o Doutor Sá Cavalcante está à frente dessas ações. Mas, não envolve somente a Segurança Pública do estado, envolve também a Polícia Federal e outros órgãos federais. Eu acredito que esse plano precisa ser efetivado com maior urgência possível devido à circulação de pessoas nesses dois mil, quatrocentos e um quilômetros de perímetro de fronteira que estão sem controle.

Em relação à parte prisional, lamento discordar um pouco do meu amigo Jr., infelizmente uma penitenciária não é um local para se recuperar um dependente químico, mas é local para a pessoa ser guardada e ressocializada com o trabalho na área de educação, na área de atividade laboral. Agora, imaginem só! fazer o que com um reeducando que esteja numa cela, onde estão mais oito e numa ala onde estão mais cem? O que fazer com o cara na hora da abstinência? Colocar o cara pra dormir é a única opção que temos. E, ás vezes, o remédio não faz efeito, isso na cadeia feminina. Tem uma certa cidadã que, vez por outra, é presa e chega lá com dependência química. Não temos outra opção a não ser colocá-la para dormir. Só que somente isso não resolve, precisamos de um espaço destinado para o tratamento dos dependentes químico dentro de uma unidade prisional. Hoje, eu não tenho essa condição em nenhuma unidade prisional.

A cadeia de Rorainópolis terá uma ala separada. Aqui no estado eu não tenho ainda, é preciso ter um espaço para o idoso, eu tenho que ter um espaço para as pessoas com opção sexual diferenciada. A gente precisa
ter um tratamento aos que são doentes mentais. Então, é muito complicado. Nós temos uma previsão, junto com a Secretaria de Saúde, para duas unidades de saúde, enquanto uma está reforçando, e a outra criando, para darmos o atendimento e saúde dentro das unidades prisionais. E uma das áreas prioritárias é a da dependência química.

Outro assunto, que quero deixar claro, a Secretária não está presente, mas a Secretaria de Educação do Estado é uma grande parceira do Conselho estadual Antidrogas. No ano passado, nós criamos um Conselho junto com a Sejuc, a Secretaria de Educação e o DETRAN, foi adquirido um pacote de instrução de prevenção contra as drogas que está sendo mostrado nas escolas este ano, como um programa de prevenção para os jovens, mas tem com o público jovem secundário, os professores e os pais. Como foi falado anteriormente, infelizmente as famílias precisam abrir mais os olhos quanto a isso. Então, talvez essas sejam as respostas para o que me foi questionado. E, estou, aqui, defendendo publicamente a Secretaria de Educação porque se faz presente na campanha de repressão contra as drogas direcionadas para o jovem. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Gostaria de registrar a presença da Senhora Ana Maria, Coordenadora Municipal de Saúde Mental; e da Vicencia, Diretora-Geral do CAPS-2, que estão aqui presente. Já me perguntaram por que há poucos deputados no plenário. Assembleia trabalha com Comissões, e esta Audiência Pública é de responsabilidade da Comissão que está a frente Deputado Joaquim Ruiz e Deputado Soldado Sampaio. Temos Comissões de saúde, Educação, Agricultura, Terras. E esta Audiência é uma atividade da Comissão de Saúde, juntamente com Comissão Especial formada com o Deputado Sampaio, por isso não estão todos os Deputados presentes. É diferente do seminário, onde tem a participação de todas as instituições que vai ser um ou dois dias. Então, sejam bem-vindas as duas a este evento.

Agora a pergunta é dirigida ao Doutor André. Vou ler um trecho que é interessante: A ponta da corda é o viciado com todas as mazelas: o avião que entrega a droga ao viciado, traficante, donos da boca de fumo, chefe do tráfico na localidade, fabricante da substância, quem ganha com isso são eles que não pagam impostos contra o

tráfico, fazem contrabando de armas, pessoas, órgãos, influência política, policial. A melhor forma é tentar acabar com o tráfico, liberando as drogas". Não consta o nome de quem a encaminhou, mas é direcionada ao Doutor André. Qual a data do evento que acontecerá na Cathedral? E por que a não liberação das drogas? Em função da não liberação, há poucos lucros e se dão mal.

O Senhor Doutor André Paulo Santos Pereira - 2ª Promotoria Criminal - Com relação à repressão dos três pilares, ela sozinha não resolve, mas ela não pode ser ignorada, é um dos três pilares. E a repressão passa obrigatoriamente pela melhoria das nossas polícias, e temos que investir mais nas nossas polícias. Em primeiro lugar, as condições de trabalho das polícias para melhor atividade repressiva. Em relação às políticas de descriminação de drogas, mais uma vez, faço propaganda do nosso seminário, vamos realizar convênio com o Ministério Público e Faculdade Cathedral, no dia 04 de abril a partir das 15 horas, no Auditório da Cathedral, com debates e discussão das questões políticas públicas: descriminalização ou não de drogas, não só com alunos de Direitos e Psicologia, mas com toda sociedade, inclusive, com a vinda de palestrantes de outros Estados, por exemplo, o Doutor Cláudio Gerônimo uma das maiores referências nacionais, hoje, em psiquiatria voltada ao tratamento e prevenção de usuário de drogas, inclusive, estudioso de políticas públicas em outros países em relação a drogas. Então, ele tem condições de dizer como a maioria dos países estão enfrentando essa problemática, a qual ele se dedica a estudar, e a vida dele é dedicada a essa temática. Com relação à descriminação de drogas, é uma questão muito polêmica, muito discutida. Essa discussão é necessária, embora o meu posicionamento pessoal seja contra. Eu respeito quem pensa diferente, tenho amigos que pensam diferente, e um dos principais argumentos que se usa para justificar a discriminação é assim; "há quanto mais o Estado gasta no combate à droga, mais aumenta o tráfico de drogas. É uma guerra perdida, quanto mais se prende traficante, mais traficante aparece". Bom, pessoalmente, não concordo com esse argumento. Acho que deveria ser aplicado, por exemplo, à pedofilia, porque quando se prende pedófilo, aparecem dez no outro dia, quanto mais o Estado gasta no combate à pedofilia, mais aumentam os casos de pedofilia. Já disse sou contra, embora tenha pessoas que pensam diferente. É a minha posição pessoal. E com relação ao seminário, estão todos convidados.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Gostaria de registrar que hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Mesa Diretora da Assembleia, manifesta o seu respeito a esse segmento que são mais de 300 mil brasileiros.

Essa pergunta é direcionado a Senhor Darkson. o que você acredita que seria o ideal para recuperação do dependente químico.

O Senhor Darkson - Na realidade, existe;/m vários tipos de recuperação, mas acredito que a forma mais eficaz, temos doze passos usados na recuperação. Acredito que as comunidades terapêuticas estão dando uma resposta relacionado a isso, na questão de ter um melhor aproveitamento. Em todo o Brasil, se observa que há comunidades terapêuticas que são filantrópicas e outras que não são, que entram na questão de desvio de dinheiro. Mas, quero me ater àquelas que fazem o trabalho sério, tem dado uma resposta exata. É claro que na dependência química não existe forma, existem formas, o CAPs também é uma ferramenta, por isso eu fui insensível, secretário, na questão do CAPs, porque ele entra como uma base de Pré-Tratamento e pós-tratamento, é entrada de um tratamento de uma internação e uma saída do dependente químico. Quando ele sai do tratamento, ele precisa desse acompanhamento, por isso, Lidiane, estou colocando a necessidade de se investir no CAPs. Por favor, não estou contra o trabalho de vocês, o que a gente quer é uma melhoria.

Aproveito a presença do Secretário de Segurança para dizer que descordo um pouco do Senhor, quando diz que não se pode implantar um trabalho de recuperação dentro dos presídios. Acho que pode, sim, fazer esse trabalho. Há exemplo em outros Estados que esse trabalho é feito com resultados. Acontece que é um sistema tão adoecido que tem se enfrentado de forma contundente. Alguns anos atrás entreguei um projeto, na época era Secretário Nacional Antidrogas, e o Secretário de Segurança era Campello. O referido projeto sumiu, e não conseguimos ter êxito. Eu quero sugerir para o Senhor aqui diante de todos, é que se faça uma avaliação e monte uma equipe de profissionais. Na época nos treinamos uma turma que estava se formando para serem carcereiros. Embora seja uma questão séria, mas possível de ser feita sim, e vai ter que demandar mais tempo, dinheiro para investimento, mas que se pode fazer pelo menos um trabalho de base dentro da penitenciária em relação à recuperação, pode. o Senhor acabou de colocar sobre o cara que está em abstinência, ele é isolado. Isso por mais a grosso modo que seja, já é um trabalho de desintoxicação. Agora, o que falta é encarar de frente, isso. Não me interprete mal, mas falta é resolução do problema. É complicado resolver uma situação dessa, é claro, que vai mexer com interesse de traficantes lá dentro, porque o traficante não vai querer que o usuário se recupere, na realidade dele não vai querer que deixe de ter o freguês lá dentro. Então, é uma situação séria, eu discordo do Senhor, com todo respeito, em outros locais trabalho como esse está funcionando. E lhe digo mais, todos que estão aqui diante deste Plenário, se começar a ser feito um trabalho desse vão ver resultado positivo. Um bandido recuperado pode ser muito útil à sociedade, sabe por que eu lhe digo isso? Porque eu fui bandido, e sei como funciona a mente de um bandido. Tenho um livro chamado "Beijo da dependência química" distribuir para os Senhores Deputados, para abrirem a mente relacionado a isso. Sei como funciona a mente de um cara desses. Quando uma pessoa dessa se recupera, não tem paralelo, a sociedade toda vence, é claro que nem todos vão se recuperar, mas de alguma forma tem que alcançar alguém. Hoje, lhe falo com toda sinceridade: se eu não estivesse aqui lutando em favor da dependência química, lhe digo com toda sinceridade, eu seria um futuro Fernandinho Beira Mar, porque a mente funciona de forma violenta. Estou falando de coração, não estou aqui para criar brigas, estou aqui para dizer que nós, como sociedade, podemos fazer muito mais do que está sendo feito. O Beiral, Bairro Caetano Filho, tem apenas quatro ruas, enquanto o Complexo do Alemão tem mais de 200 favelas, e o Eduardo Cabral tomou uma atitude, tomou uma posição, e foi feita alguma coisa. Por favor, é só perceber, o beiral só tem quatro ruas, mas não se consegue pôr uma PP lá dentro, o BOPE ao invés de ficar lá dentro fica do outro lado, que é no Calungar. É simples montar um trabalho lá dentro: é leva a saúde, a educação, PETI, levar gente jovem, levar os CRAES, fazer um trabalho de base lá dentro. Fiquei no beiral quase o ano todo, os caras usando drogas na minha frente, e eu tentando ajudá-los. Agora, é preciso nos conscientizarmos que isso tem que se encarado de frente, quebrar o preconceito, medo e tentar pelo menos fazer alguma coisa. obrigado.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania (Eliéser Monteiro) - Já que fui citado, eu gostaria dizer que eu respeito sua opinião, mas gostaria que você respeitasse a minha também, se você quiser discutir isso, você pode dar uma chegada até a penitenciária, vou mostrar ponto a ponto, pavilhão por pavilhão, que eles estão todos ocupados. Hoje, não tem como separar um espaço para colocar umas 40, 50 pessoas que estejam usando drogas, e que possa fazer um tratamento lá dentro. Na hora da abstinência, os 40, 50 vão deixar a penitenciária numa situação insustentável de tranquilidade e silêncio que precise reinar para dormir. Isso estou sentindo na cadeia feminina. Então, não posso tratar ninguém dentro da cadeia, porque não tem condições de deixar uma pessoa gritando quando passa o efeito do remédio pra dormir. É um princípio de tratamento, é o que estamos fazendo em parceira com a secretaria de Justiça. A Secretaria de Saúde é que faz esse tipo de atendimento lá dentro, fora isso daí, outros Estados tinham experiências de fazerem pavilhões para tratamento de dependentes químicos no meio dos demais, isso estão mudando, estão fazendo espaços separados, inclusive, usando o modelo "Minha Casa, Minha Vida", construindo núcleos para cujos espaços vão de 8 a 12 pessoas, morando numa residência isolados dentro do pavilhão, onde existem comandos de seguranças para aquele grupo de pessoas que estão recolhidas. Esta é a situação atual, no passado não deu certo.

O Senhor Doutor Jorge Fraxe - Presidente da OAB de Roraima. Deputada Aurelina, quero cumprimentar todas mulheres e autoridades aqui presentes, através da Senhora, cumprimento todas as autoridades masculinas na pessoa do Deputado Sampaio, tentando dar um pouco de contribuição da Ordem dos Advogados.

O que se percebe é todo um interesse manifestado por vários segmentos da sociedade e algumas ações isoladas. Acho interessante, vejo o CRAS como ação, ação a nível de PM, Secretaria de Segurança com a Polícia Civil. Mas é preciso montar, acredito, é a ideia de se efetivar um debate, seja ele com formato de seminário, ou uma reunião dos poderes públicos, seria a construção de uma rede de enfrentamento. É necessário é que todos esses segmentos estejam vinculados, estejam ligados, eles precisam estarem interligados, não só para saberem o que cada um faz, seja o Ministério Público, seja o Estado, seja Município, as organizações não governamentais, voluntários. É preciso ter uma estatística nessa estruturação a nível de rede. É quando se terá uma noção clara do que se pode fazer. E essa

construção de rede vai deixar cada segmento mais vinculado com o assunto, um assunto que deva ser discutido todos os dias, porque ele invade nossas famílias todos os dias. É um assunto importante, porque todo dia ele tira alguém da escola, ele leva alguém para um atendimento na saúde, ele prática alguma ação delituosa. Então, todo dia ele onera o Estado, é um assunto sério. Lembro-me que a primeira palavra em rede nacional que ouvi, foi do então candidato a Presidente da República, José Serra. Lembro bem que era sobre o crack em São Paulo. Agora estamos assistindo em nível de Presidência, assistimos em nível do Governador de São Paulo, ouvimos também, palavra do Presidente dos Estados Unidos quanto a esta questão. Nós não tínhamos olhar de preocupação. Nós começamos a ter essa preocupação, e esse despertar é importante, como a Doutora Jeane colocou, foi assim que nasceu esse despertar para o tabagismo, foi desse jeito, foi com essas ações, foram criando rede de enfrentamento. Hoje, o tabagismo é algo repulsivo, no comum, a gente vai saindo de perto, pois deixa a roupa fedendo, porque não gosta. Então é com esse pensar, com esse comprometimento, má formação de uma rede de enfrentamento, a Ordem está à disposição a participar do seminário, eu quero me auto convidar, como representante da Ordem. A Ordem tem interesse em participar dessas políticas públicas no sentido de combate algo que afeta tantos segmentos, que importam a ordem. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Obrigado, Doutor Jorge. Tem uma data para a Semana Estadual e Semana Nacional Antidrogas de 19 a 26 de junho, vamos programar o nosso seminário nesse período.

Agradecemos ao Secretário da Saúde, Doutor Leocádio; Doutora Fernanda do SETRABES; Doutor André Paulo; Doutora Jeane, Ministério Público; José Antônio – CRM, Doutor Agostinho, Coordenador do Movimento em favor dos dependentes químicos; Darkson, Presidente da Associação – Agapão; Francisco Carlos, Representante da Fazenda Esperança; Rafael, Coordenador da Casa do Pai; José Romildo, Centro de Referência de Assistência a Mulher, , Jeorgina, Wilson, dos Alcoólatras Anônimo; Doutora Lidiane; a todos os presentes: representantes do Município, todos os Deputados, a todos vocês que até agora permaneceram aqui sem almoço, é porque realmente querem discutir e buscam ajuda, e soluções para os problemas do tamanho que é a questão da dependência química. Tenho certeza, que esta Casa é parceira, dentro daquilo que é possível, até extrapolando o limite pessoal de cada um. Estamos aqui movidos com todo interesse em solucionar, por ser nossa função, por sermos brasileiros, roraimenses, pais de família e participantes desta comunidade. Agradeço a presença de todos, e vamos marcar nosso seminário, envolvendo todas as prefeituras, secretarias e familiares.

O Senhor Janjão – Estou com esta senhora aqui, que, por várias vezes, procurou o meu programa, já levei para o CAPS – AD, não teve continuidade, porque o CAPS-AD, na época, não tinha viatura. Trata-se do seu filho de menor, ela dava dinheiro para ele vir lá do Bairro Cidade Satélite para chegar no terminal e ir para CAPS-AD. Então no retorno, ele passava pelo beiral, encontrava os coleguinhas e caía de novo nas drogas. Esta mãe procura o meu programa para pedir ajuda, muitas vezes ela acompanhava o filho, mas ela tem que trabalhar para manter sua família.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Uma criança de 13 anos tem que ser acompanhada, tem que ter alguém, irmão, pai. É aí, que a gente frisa muito a participação da família, sei que deve ser terrível o problema de família, além do problema tem que trabalhar para manter a família.

Mãe de um Adolescente – É ele e mais quatro. Não vivo com o pai dele, ou eu trabalho ou cuido dele, e de maneira nenhuma vou abandonar meu filho, vou lutar, como Deputado Joaquim falou, só quem sabe, é quem convive com esse problema. O grau de dependência dele está só aumentando. Quando ele sai de casa não consigo dormir, fico imaginando o que pode acontecer com ele.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com quem ficam seus filhos, quando a senhora vai trabalhar?

Mãe de um Adolescente – Com a vizinha perto da minha casa, muitas vezes, eu o acompanhei procurando ajuda, mas nunca consegui, só Deus sabe o que passo com ele.

O Senhor Janjão – Já procurei o JR, pedindo ajuda. Mas como ele só tem 13 anos de idade, fica difícil conseguir. Assim como esta mãe, várias outras mães me procuram no meu programa. Peço apoio de vocês pra o meu programa, que é voltado para a prevenção às drogas. Não tenho apoio nem de governo nem de prefeitura, mas não falo de ninguém, eu respeito a todos vocês, e agradeço alguns Deputados presentes que sempre me ajudam, na hora de pagar a TV. Esse programa é de utilidade pública, de prevenção às drogas. É uma vergonha um programa nessa precária situação. Agradeço aos Deputados Joaquim Ruiz, Gabriel, Brito, que sempre me ajudam.

O Senhor Leocádio Vasconcelos - Secretário de Saúde. Gostaria de convidar essa senhora para comparecer na segunda-feira na Secretaria. Vamos sentar com o pessoal do CAPS para ver como poderemos ajudá-la.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Alcançado o objetivo da Comissão-Geral, retornamos à Sessão na fase em que se encontrava o trabalho.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum Deputado que queira fazer uso de explicações pessoais, declaro encerrada a presente sessão e convoco outra para o dia 26 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 02/04/2013

ATAS COMISSÕES

PUBLICADA EM MURAL - PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 021/12, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO N.°025/12, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO 2012, PARA ESCOLHA DE NOVO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E RELATOR.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, Criada através da Resolução nº 021/12, para nos termos do Ato Normativo n° 001/12 e Requerimento n° 046/12 e alterada pela Resolução n° 025/12, ouvir o senhor **Jorge Everton** Diretor-Presidente do DETRAN/RR. Composta pelos Senhores Parlamentares: Soldado Sampaio, Flamarion Portela, Coronel Chagas, George Melo, Naldo da Loteria**. ABERTURA:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado **Flamarion Portela** nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos Candidatos aos novos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Soldado Sampaio, Flamarion Portela, Coronel Chagas, George Melo, Naldo da Loteria.** Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: Para Presidente, o Senhor Deputado **Flamarion Portela**; para Vice-Presidente, o Deputado **Naldo da Loteria**; e para Relator, o Deputado **Coronel Chagas**. Logo após a eleição, o Senhor Presidente, Deputado **Flamarion Portela** estando com a palavra agradeceu a todos pela escolha do seu nome, informando à Comissão que a próxima reunião será nesta mesma data dia 11 de dezembro do corrente ano às quinze horas na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, quando na oportunidade receberá o Senhor **Jorge Everton** para prestar esclarecimentos a esta Comissão, conforme o Ato Normativo e Requerimento acima epigrafados. **ENCERRAMENTO:** Às nove horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Flamarion Portela**
Presidente da Comissão
Aprovada em: 11/12/2012

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às onze horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta

Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 13 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Marcelo Cabral, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente**: Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **1) Projeto de Lei Complementar n.º 004/2013**, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que, "Dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do Pode Judiciário do Estado de Roraima, para o ano de 2013, e dá outras providências". **2) Projeto de Lei n.º 015/13**, de autoria do Pode Executivo, que, "Altera e acresce dispositivos da Lei n.º 857, de 18 de julho de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências". **3) Projeto de Lei n.º 016/13**, de autoria do Poder Executivo, que, "Acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º 773, de 4 de maio de 2010, que dispõe sobre a Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária-CETIF e cria a Estrutura Básica da Corregedoria da Fazenda; acerscenta dispositivos à lei n.º 392, de 14 de agosto de 2003, e dá outras providências". **4) Projeto de Lei n.º 018/13**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que, "Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências, envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastre". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Soldado Sampaio, para relatar o Projeto de Lei Complementar n.º 004/13; o Deputado Brito Bezerra, para relatar o Projeto de Lei n.º 015/13; o Deputado Marcelo Natanael, para relatar o Projeto de Lei n.º 016/13; e Deputado Gabriel Picanço, para relatar o Projeto de Lei n.º 018/13. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os pareceres. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia as Proposições com os respectivos pareceres. Antes de solicitar a leitura dos pareceres, o Senhor Presidente solicitou a verificação de *quorum* regimental, o qual constatou número insuficiente para apreciação e deliberação dos Pareceres às Proposições em epígrafe. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Joaquim Ruiz
Presidente da Comissão
Aprovada em: 23/04/2013